



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Jana Martins Leal

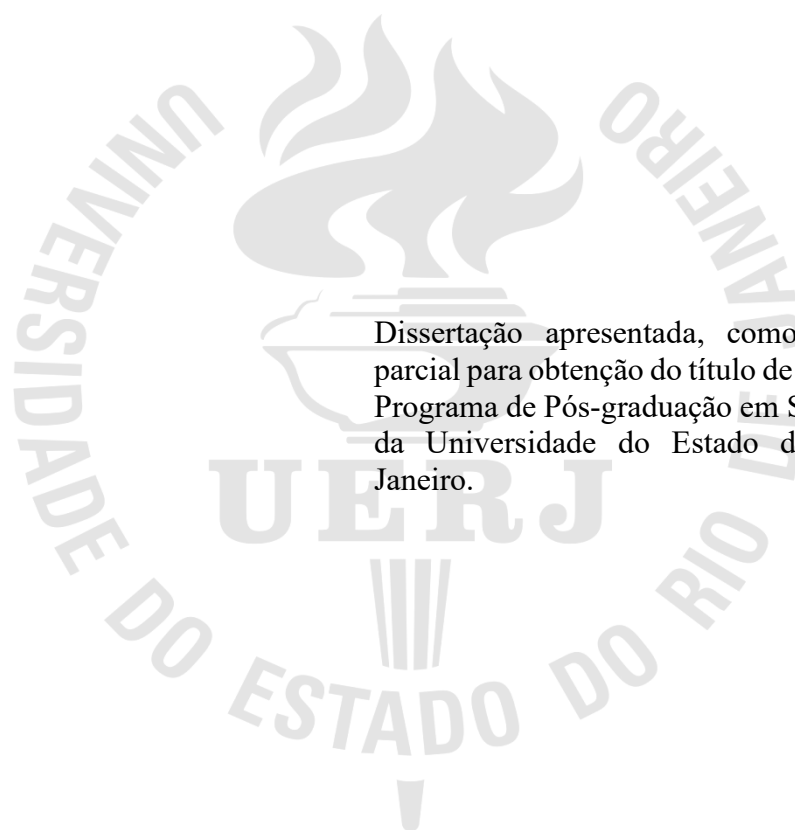
Nova classe média: um debate científico ou ideológico?

Rio de Janeiro

2015

Jana Martins Leal

Nova classe média: um debate científico ou ideológico?



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

L435 Leal, Jana M.
Nova classe média: um debate científico ou ideológico? / Jana Martins
Leal. – 2015.
89f.: il.

Orientador: Adalberto Moreira Cardoso.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Classe média – Brasil – Teses. 2. Ciências sociais – Teses. 3. Ideologia
– Teses. I. Cardoso, Adalberto Moreira. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 316.343.654(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jana Martins Leal

Nova classe média: um debate científico ou ideológico?

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 04 de fevereiro de 2015.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlos Antonio Costa Ribeiro
Instituto de Estudos Sociais e Políticos-UERJ

Rio de Janeiro
2015

DEDICATÓRIA

Em memória de Lucia.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao IESP-UERJ pelo ambiente institucional no qual pude, não só desenvolver minhas capacidades enquanto pesquisadora da área de Ciências Sociais, mas, vivenciar bons momentos da vida ao lado de amigos e colegas.

Agradeço ao Prof. Adalberto Cardoso pelo trabalho de orientação; aos amigos do Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (NUPET) Alexander Englander, André Carvalho, Cecília Soares, Daniel Rodrigues, Jefferson Belarmino, Julian Gingin, Míriam Starosky, Thiago Brandão, Tomás Garcia pelo ambiente intelectual sadio no qual compartilhávamos ideias e nos ajudávamos mutuamente ao longo do processo de pesquisa.

Agradeço aos familiares e amigos: Therezina, Carlos, Raoni, Auxiliadora, Rose, Míriam, Helena e Renata por todo o apoio e amizade de vocês ao longo desses anos e, em especial, à Lucia (*in memoriam*), por todo amor, alegria e luta que davam o tom das nossas vidas.

Por fim, agradeço à FAPERJ pela bolsa de estudos que permitiu uma oportunidade única para a realização desta pesquisa.

RESUMO

LEAL, Jana. M. *Nova classe média: um debate científico ou ideológico?* 2015. 89f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Esta dissertação teve como objetivos: (i) demonstrar as contribuições da Sociologia Clássica para a formulação do conceito de classe e de classe média, fundamentais para a discussão da Nova Classe Média, na qual mobilizou-se as contribuições das vertentes marxista (com ênfase no neomarxista Erik Olin Wright) e weberiana (principalmente do neoweberiano Charles Wright Mills); (ii) apontar os condicionamentos e disputas ideológicas subjacentes ao debate da Nova Classe Média, por meio das contribuições da Teoria da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim. Para isto, realizou-se uma classificação ideológica dos autores inseridos no debate de acordo com quatro orientações ideológicas condicionais: *Reformismo Forte*, *Reformismo Fraco*, *Liberalismo em Stricto Senso* e *Crítico Radical* ou *Cético*. Esta classificação ideológica, aliada ao caráter público do debate e seus aspectos políticos, permitiu constatar que as discussões acerca da Nova Classe Média parecem estar mais próximas de uma confrontação ideológico-política do que de um debate científico. Isto permitiu inferir a existência de limites presentes nas discussões e sugerir novas questões e abordagens para o tema da Nova Classe Média.

Palavras-chave: Nova classe média. Classe média. Sociologia do conhecimento. Disputas ideológicas.

ABSTRACT

LEAL, Jana. M. *New brazilian middle class: a scientific or ideological debate?* 2015. 89f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This research aimed to: (i) demonstrate the contributions of Classical Sociology to concepts of class and middle class, central in the New Brazilian Middle Class discussion, using the contributions of marxism (emphasis on neo-Marxist Erik Olin Wright) and Weber strands (mainly the neweberian Charles Wright Mills); (ii) point out the conditioning and ideological disputes underlying the debate of the New Middle Class, using Karl Mannheim's Sociology of Knowledge Theory. For this, a classification was carried out for the authors included in the debate according to four ideological orientations: *Strong Reformism*, *Weak Reformism*, *Strict Liberalism* and *Critical or Radical Skeptic*. This ideological classification, together with public and political aspects of the debate, demonstrate that discussions about the New Middle Class is closer to an ideological-political confrontation than a scientific debate. This allowed to infer some limits in the discussions and suggests new questions and approaches to the New Middle-Class debate.

Keywords: New middle class. Middle class. Sociology of knowledge. Ideological disputes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estrutura de classes de Eric Olin Wright.....	40
Figura 2 - Esquema proposto de classificação político-ideológica....	67
Figura 3 - Esquema proposto de classificação dos autores em relação à NCM.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NCM	Nova Classe Média
FHC	Fernando Henrique Cardoso
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1.	OS CONCEITOS DE CLASSE E CLASSE MÉDIA NAS TRADIÇÕES MARXISTA E WEBERIANA.....	14
1.1	Introdução.....	14
1.2	O conceito de classe na tradição marxista.....	17
1.3	O conceito de classe na tradição weberiana.....	24
1.4	O problema da classe média.....	33
1.4.1	<u>A “classe média” na tradição marxista e a solução de Erik Olin Wright.....</u>	35
1.4.2	<u>A classe média na tradição weberiana e a proposta de Wright Mills.....</u>	41
1.5	Considerações finais.....	45
2.	EMBATES TEÓRICOS E IDEOLÓGICOS EM TORNO DA NOVA CLASSE MÉDIA	47
2.1	Introdução.....	47
2.2	A tese da Nova Classe Média e os debates intelectuais.....	48
2.3	A contribuição teórico-metodológica de Karl Mannheim: a Sociologia do Conhecimento e as influências ideológicas no trabalho científico.....	53
2.4	Nova classe média brasileira? As divergências político-ideológicas do debate intelectual.....	56
2.5	Considerações finais.....	60
3.	UMA CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DA LITERATURA DA NCM E OS LIMITES TEÓRICOS DO DEBATE.....	62
3.1	Introdução.....	62
3.2	Proposta de classificação teórico-ideológica para a literatura acadêmica acerca da NCM.....	62
3.3	A classificação ideológica e os limites do debate em torno da NCM.....	71
3.4	Outros apontamentos e limites teóricos do debate.....	78
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS.....	85

INTRODUÇÃO

A tese da Nova Classe Média (NERI, 2008a, 2008b, 2011) no Brasil nunca foi um debate estritamente acadêmico. Em 2008, quando os resultados das pesquisas, que mensuravam a desigualdade de renda no Brasil produzidas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) foram divulgados, a tese da FGV de que a classe média teria se expandido no Brasil ganhou espaço na mídia. Muitos jornais e revistas divulgavam que o Brasil teria se tornado um país de classe média. Assim, ao mesmo tempo que a mídia endossava a tese da Nova Classe Média, diversos intelectuais e artistas davam diferentes opiniões sobre ela. Abria-se então espaço para um verdadeiro debate público acerca do tema no país.

A pesquisa da FGV, coordenada pelo economista Marcelo Neri sobre a desigualdade de renda no Brasil partiu da constatação do aumento significativo da renda dos mais pobres no Brasil ao longo dos anos 2000. Ela desenvolveu um modelo de estratificação baseado no “Critério Brasil”, que levava em consideração principalmente a renda e o potencial de consumo para dividir as classes brasileiras. Nesse modelo, a população foi dividida em 5 classes econômicas distintas: a classe E (de 0 a R\$ 768,00), a classe D (acima de R\$768,00 a 1064,00), classe C (acima de R\$1064 e 4561) e as classes AB (acima de R\$4561,00). Neri denominou a classe C de Nova Classe Média (NCM) brasileira.

Assim, estariam incluídos na Nova Classe Média as famílias que, antes dos anos 2000, se encontravam na linha da pobreza e que nos anos seguintes, teriam ingressado na classe média, em função do aumento da renda. Além disso, a percepção de que muitas famílias teriam aumentado seus rendimentos e saído das classes D e E e ingressado na Classe C, levou Neri a perceber que, a partir daquele momento, as classes C, A e B formavam a maioria da população brasileira, isto é, o Brasil teria se tornado um país com uma população majoritariamente de classe média.

Diversos intelectuais e pesquisadores se debruçaram sobre o tema, buscando responder se o aumento da renda e do consumo dos mais pobres teria provocado, de fato, sua ascensão social. Muitas foram as críticas dirigidas à tese. Uma das críticas dizia respeito aos parâmetros utilizados na definição de classe e de classe média que a fundamentavam. O modelo de estratificação sobre o qual se baseava a ideia da Classe C

tinha sido formulado, grosso modo, a partir da renda e no potencial de consumo das famílias brasileiras, isto é, a renda e o consumo eram os parâmetros centrais utilizados na divisão das classes sociais. A classe C era então calculada de forma aritmética, a partir da mediana da renda da população. Ela era constituída por aqueles que possuíam literalmente a renda média da população. Desta forma, o caráter economiscista que permeava a tese era um dos aspectos que desagradava aos Cientistas Sociais.

Além disso, o aspecto ideológico que parecia se evidenciar na tese instigou críticas nessa direção. Segundo Souza (2010), a ideia da expansão da classe média indiretamente reforçava ideais liberais: o capitalismo deveria permanecer, já que, por meio da inclusão via mercado, seria possível diminuir a pobreza.

É justamente a legitimação de privilégios inconfessáveis que está em jogo na noção, hoje corrente entre nós, de “nova classe média” para os brasileiros trabalhadores que examinamos. Trata-se de uma interpretação triunfalista que pretende esconder contradições e ambivalências importantes da vida desses batalhadores brasileiros e veicular a noção de um capitalismo financeiro apenas “bom” e sem defeitos. A ideia que se quer veicular é a de uma sociedade brasileira de novo tipo, a caminho do Primeiro Mundo, posto que, como Alemanha, Estados Unidos ou França, passa a ter uma classe média ampla como setor mais numeroso da sociedade. E isso como efeito automático do mercado liberal desregulado. Essa concepção é um produto direto da dominação financeira que fincou sólida base no nosso país nas últimas décadas e que quer interpretar seus interesses particulares como interesses de todos. (SOUZA, 2010: 45-46)

Mesmo com a polêmica e o debate público que se formaram diante do tema, a Classe C galgou um novo degrau, transformando-se em assunto de políticas públicas. Em 2011, a tese saiu do papel e transformou-se em assunto estratégico do governo Dilma Rousseff. Foram realizados diversos estudos no governo sobre a população inserida nesta nova camada social que resultaram em cartilhas para promover as políticas para esse setor. Mais do que um debate público, a Nova Classe Média se transformara em objeto de disputas políticas.

Desde o seu desenvolvimento até o momento em que se transformou em política pública, grande foi a discussão a favor ou contra a Nova Classe Média. Os pesquisadores buscavam, assim, se posicionar em relação a ela. O enfoque das pesquisas se voltou, na maioria dos casos, para a confirmação ou não de sua existência. Mas as transformações que estavam abarcadas pela temática pareciam ser muitas, mas pouco exploradas. Por que as pesquisas estavam voltadas para estritamente averiguar a existência ou não da NCM? Diante do debate público e da dimensão política e ideológica que permeava o tema, parecia ser quase um dever ideológico se posicionar a favor ou contra a Classe C.

Mas quais ideologias estariam mobilizando os debates? E quais as limitações que essas disputas ideológicas impunham sobre ele? Esse seria o caso da noção de classe e de classe média mobilizadas pelo tema? Como compreender essas noções para aprofundar o debate sobre a Nova Classe Média? Essas são perguntas que esta dissertação procura responder.

Assim, a partir das contribuições teóricas da Sociologia do Conhecimento, desenvolvida por Karl Mannheim (1979), este trabalho procura compreender as relações entre os posicionamentos teóricos dos autores inseridos no debate em torno da Nova Classe Média e as ideologias subjacentes a eles, demonstrando os condicionamentos ideológicos de suas posições. Dessa forma, o trabalho que aqui se apresenta pretende apontar não só os horizontes intelectuais que os autores estão inseridos e que os condicionam, mas as disputas ideológicas que subjazem por trás do debate da Classe C. Nesse sentido, esta dissertação procura não só compreender os limites que essas disputas ideológicas parecem impor ao debate, mas, refletir sobre alguns deles e sugerir novas abordagens para o tema.

Uma questão pouco iluminada pelos debates é a forma como a noção de classe e de classe média é debatida na tradição sociológica. Ainda que a crítica à noção de classe utilizada por Neri tenha sido o pano de fundo para a contestação de sua tese, poucos foram os autores a aprofundarem as discussões em torno da noção de classe e de classe média, destacando as contribuições sociológicas das tradições marxista e weberiana para o debate. Assim, o presente trabalho pretende apresentar essas contribuições sociológicas, a fim de aprofundar as discussões em torno da ideia da Nova classe Média.

Esta dissertação está então dividida em três capítulos: o primeiro apresenta a discussão da noção de classe e de classe média na tradição sociológica clássica; o segundo, a análise da literatura sobre a NCM e a contribuição da Sociologia do Conhecimento, desenvolvida por Karl Mannheim para a compreensão dos condicionantes político-ideológicos do debate; o terceiro, a proposição de uma classificação ideológica dos autores que debatem o tema, análises, reflexões e considerações finais.

O primeiro capítulo apresenta as contribuições das tradições sociológicas marxista e weberiana para a definição de classe e classe média. Mais especificamente, este capítulo procura demonstrar como a noção de classe e de classe média são construídas no interior das tradições marxista e weberiana e compara-las, apontando as contradições e semelhanças dessas noções entre as duas teorias. No caso da noção de classe média, busca-se apresentar os problemas teóricos subjacentes à noção, dentro da tradição

sociológica, e apresentar as soluções neo-marxista de Erik Olin Wright e “neo-weberiana” de Charles Wright Mills para o termo.

O capítulo dois apresenta os debates em torno da Nova Classe Média, demonstrando como a tese se apresentou mais como uma discussão pública do que uma discussão acadêmica estrita. Além disso, este capítulo expõe as contribuições teóricas de Karl Mannheim sobre a Sociologia do Conhecimento e, partir desse arcabouço teórico, repensa como esse debate abarcou aspectos ideológicos e, políticos, provocando, então, o estabelecimento de disputas ideológicas.

Por fim, o capítulo três apresenta as análises em torno dos posicionamentos e disputas ideológicas entre os autores, propondo uma classificação ideológica dos autores que debatem o tema da Nova Classe Média. A partir disso, destaca os limites que a disputa ideológica pode engendrar para o debate. Neste capítulo, estabelecem-se algumas reflexões sobre outras formas de abordagem para o tema da Nova Classe Média. Além disso, encontram-se as análises acerca das contribuições das tradições marxista e weberiana acerca da noção de classe e de classe média para o tema da Nova Classe Média.

1. OS CONCEITOS DE CLASSE E CLASSE MÉDIA NAS TRADIÇÕES MARXISTA E WEBERIANA

1.1. Introdução

Discutir sobre classe social não é uma tarefa simples. A complexidade e a centralidade do conceito tornam a discussão sobre o tema um exercício desafiador e que, portanto, exige parcimônia. Primeiramente, é preciso ressaltar que a noção de classe foi considerada um conceito-chave para a compreensão das sociedades modernas (SANTOS, 2002; SOROKIN, 1977). Durante a Roma Antiga, “classe” era um termo utilizado para se referir à divisão de classe do povo romano que tinha por base a propriedade para fins militares e fiscais. A classe, neste momento, referia-se a uma divisão social estática, já que estas diferenças sociais eram obtidas hereditariamente. É justamente com o início da modernidade que o termo adquire a concepção contemporânea. O capitalismo industrial inaugurou uma nova forma de organização da sociedade europeia. E é, neste contexto de mudanças sociais, que o termo “classe” surge para designar as divisões de uma sociedade que começava a se dividir não mais com base na origem ou nascimento, mas, em outras características adquiridas pelos indivíduos ou grupos sociais ao longo de suas vidas.

Um dos precursores da teoria social moderna, Saint-Simon (1760-1825), considerado por alguns sociólogos como um dos fundadores da Sociologia (GIDDENS, 1975), indicava a existência de classes sociais conflitantes na sociedade moderna. Mas é, sobretudo, com as teorias de Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864 – 1920) que o conceito de classe ganha consistência, cientificidade e centralidade na Sociologia. Suas paradigmáticas teorias contribuíram para a consolidação da Sociologia enquanto Ciência e produziram duas vertentes filosóficas vigorosas para a compreensão do conceito. É em função destas teorias que a categoria ganha robustez na Sociologia, uma vez que isto ocorreu concomitantemente à consolidação da Sociologia (SANTOS, 2002, STAVENHAGEN, 1977).

Adicionalmente, a complexidade do conceito está relacionada aos fatores abarcados na sua definição. As divergências teóricas em relação ao conceito estão presentes nas diversas tendências clássicas e contemporâneas. Dentre as tradições clássicas que tratam do tema, é possível destacar a marxista e a weberiana. Marx e Weber

construíram teorias sociológicas fundamentalmente distintas que mobilizam conceitos de classe díspares¹, que até hoje influenciam e norteiam a reflexão dos sociólogos sobre as classes sociais. Por outro lado, não se pode deixar de salientar que na Sociologia Contemporânea autores como Pierre Bourdieu (2007) e Antony Giddens (1975) deram novas contribuições para o conceito, demonstrando que o conceito abarca uma extensa divergência teórica. É justamente essa expressiva dissidência que exige cautela do pesquisador em relação a esta temática.

É preciso apontar também que atualmente existe uma deslegitimação atribuída ao conceito de classe. No mundo contemporâneo, as teorias “pós-modernas” engendram críticas veementes ao paradigma “Iluminista”, suscitando descrédito em relação ao papel da Ciência e à sua racionalidade para explicar o mundo. Essa crise de paradigma produziu um questionamento em relação à validade e à capacidade explicativa do conceito de classe social, já que o conceito é herdeiro das formas racionais e generalizantes, típicas da tradição Iluminista (CARDOSO, 1997, p. 41; SANTOS, 2002).

Soma-se a isso o fato de que, após a década de 1970 e, mais acentuadamente, após a queda do Muro de Berlim, houve a expansão das ideias neoliberais e o declínio das ideias marxistas (GIDDENS, 1975). Isto acentuou ainda mais o descrédito atribuído ao conceito, uma vez que este esteve primordialmente associado à tradição marxista (PEREIRA, 1981; CARDOSO, 1997). Neste terreno de contestação, o conceito de classe hoje é considerado, para muitos sociólogos, uma categoria “velha”, associada a teorias “ultrapassadas” e incapaz de explicar a realidade social (BECK, 2010; BAUMAN, 1982).

Contudo, grande parte da literatura pós-estruturalista e “pós-modernista” que rejeita a noção de classe, não costuma apresentar consistência empírica para basear suas hipóteses (SANTOS, 2002) e, portanto, possui um caráter mais retórico e apodíctico do que argumentativo para sua fundamentação (CARDOSO, 1997). A ideia aqui não é descartar as contribuições dessa literatura para as Ciências Sociais. Na literatura pós-moderna a questão de gênero, da psicanálise, da individualidade, o problema da semiótica

¹ Existe também o esquema de estratificação neo-durkheimiano desenvolvido por David Grusky e outros sociólogos norte-americanos, como Kingsley Davis e Wilbert Moore. Esta perspectiva tem origem nos Estados Unidos e está muito associada às ideias funcionalistas presentes no livro *Da divisão do trabalho social* de Durkheim (Talcott Parsons parece também ter influenciado esta tendência). Nele, defende que as corporações e associações profissionais serviriam como lugares de identidade comunitária. Com base nisso, seguem um esquema de grupos sociais com base nas ocupações. Sobre isso, ver, por exemplo, “Class Analysis and the Heavy Weight of Convention” em *Acta Sociologica* de 2002, pp.229-236 de David Grusky e Kim Weeden e/ou “Some Principles of Stratification”, em *American Sociological Review*, abril de 1945, pp. 242-249, de Kingsley Davis e Wilbert E. Moore. Entretanto, pelo pouco tempo disponível para término deste trabalho, devo focar apenas as tradições marxista e weberiana para pensar o conceito de classe.

e da linguagem são algumas das questões levantadas por esses autores que contribuem para a complexificar a análise do mundo social e ampliar os objetos e estratégias de pesquisa nas Ciências Sociais. O que deve ser questionado, conforme Cardoso (1997) defende, são os excessos de unilateralidade que por vezes estão subjacentes à vertente “pós-moderna”². Esta defende um relativismo e subjetivismo hegemônicos, capazes de desconstruir e desconsiderar as contribuições teóricas do “Iluminismo”, o que se desdobra também para o conceito de classe social. Portanto, ainda que existam outras variáveis como o gênero, por exemplo, para explicar a realidade social, o conceito de classe também possui seu poder explicativo. Nesse sentido, ela não deve ser invalidada na compreensão do mundo social. Ela continua sendo um importante objeto de pesquisa nas Ciências Sociais.

Por último, é possível apontar um problema que não é exclusivo do conceito de classe em si, mas é um problema epistemológico para a teoria social em geral e que torna a questão da classe algo delicado. Existe uma importante discussão sobre se os conceitos utilizados na teoria são construções arbitrárias do intelecto do pesquisador ou se constituem um mapeamento dos mecanismos da realidade social. Não se pretende aqui aprofundar esta discussão, já que isto exigiria um esforço em outro sentido filosófico. No entanto, para este trabalho, se pressupõe como *apriori* teórico o postulado de Erik Olin Wright (1985) de que os conceitos não são simples mapeamentos da realidade empírica, existe uma parcela de autoria intelectual dos autores. Todo conceito possui pressupostos teóricos, mesmo que estes não estejam conscientes. No entanto, também não configuram construções relativas e arbitrárias, descoladas da realidade social. Existe uma base empírica que sustenta a conceituação, que os concede restrições e limites teóricos. É justamente a parcela de responsabilidade dos autores na formulação de um conceito o que leva a necessidade de discussão das diferentes tendências teóricas apresentadas nesta parte da dissertação.

Visto isso, é possível perceber que a dificuldade de discorrer sobre o conceito de classe provém de diferentes questões: (i) os problemas epistemológicos iminentes a qualquer categoria; (ii) a centralidade e importância que esta categoria possui na teoria social; (iii) a complexidade da definição do conceito; e (iv) sua atual deslegitimação sofrida por parte de novas correntes teóricas.

² Mas que estiveram também presentes, em muitos momentos, na vertente “Iluminista” (CARDOSO, 1997).

Portanto, não se pretende aqui mapear, apresentar ou problematizar todos os critérios definidores do conceito dentro de uma tendência ou entre as diferentes linhas teóricas que definem o conceito. Também não serão aprofundadas as discussões em torno da legitimidade da perspectiva racionalizante e generalizante subjacente ao conceito. Quanto a esta discussão, toma-se um posicionamento teórico *a priori* a favor da legitimidade do conceito.

O que se procura neste capítulo é basicamente apontar as tendências teóricas marxista e weberiana, centrais para a temática. Além de demonstrar como o conceito se definiu no interior dessas tradições, destacando as tensões, contradições e limites de alguns critérios geralmente mais utilizados pelos autores. Num segundo momento, a discussão se desdobra sobre o problema da classe média nas respectivas tendências. Nestas discussões, pretende-se demonstrar as soluções teóricas de Erik Olin Wright (1985) e a definição de Wright Mills (1969) para esta problemática. Tanto o conceito de classe como o de classe média produzidos no interior das tendências marxista e weberiana serão importantes para refletir sobre a forma como a nova classe média está sendo trabalhada atualmente na literatura brasileira.

1.2. O conceito de classe na tradição marxista

A emblemática frase “*A história de toda sociedade até hoje é a história da luta de classes*” de Marx e Engels (1996, p. 66) sintetiza a centralidade do conceito de classe na teoria marxista³. Apesar de nunca terem desenvolvido formalmente uma teoria sobre a classe social (Marx, 1985), o conceito possui uma importância central em sua obra, já que permeia todo o desenvolvimento de sua teoria. Entretanto, por não haver uma teoria sistematizada, a utilização do termo “classe”, em diversos momentos, apreendeu sentidos ambíguos ao longo da obra do filósofo e revolucionário alemão. Desta forma, coube aos autores posteriores a Marx interpretar os sentidos do conceito em sua vasta obra.

Antes de discutir o problema, é preciso destacar que Marx e Engels não foram os primeiros a utilizar o conceito de classe no sentido moderno da palavra. Como Giddens (1975) afirma, grande parte do sentido do termo utilizado por Marx foi inspirada no

³ Ainda que, alguns autores, como Bresser Pereira, considerem a formulação desta frase ampla e imprecisa. (Pereira, 1981).

sentido atribuído por Saint-Simon em obra anterior. Saint-Simon não sistematizou o conceito de classe, entretanto, foi responsável por identificar a origem material da sociedade moderna, que levava ao surgimento de duas classes distintas e conflitantes: os industriais e o proletariado. A partir desta colaboração teórica, em conjunto com as contribuições da filosofia clássica alemã e da economia política de Adam Smith e Ricardo, Marx desenvolveu de forma paradigmática sua teoria científica do conceito de classe social, que influencia as pesquisas em torno do tema até hoje.

No entanto, Marx não chegou a desenvolver, no sentido formal, uma teoria de classes, ainda que estas possuam uma centralidade em sua obra. Isto gerou um problema de ambiguidade do termo (GIDDENS, 1975; WRIGHT, 1985), pois o conceito foi empregado com sentidos diversos ao longo da obra de Marx. Desta forma, a interpretação dos significados do conceito de classe se tornou uma tarefa desafiadora para autores posteriores a ele. Mesmo entre os autores marxistas, dificilmente houve ou há consenso em relação à teoria geral das classes de Marx.

Segundo Wright (1985) e Giddens (1975), um dos problemas da ambiguidade do conceito de classe diz respeito às duas construções conceituais subjacentes à categoria⁴. Para eles, Marx desenvolveu um modelo “abstrato” das relações de classe e um outro modelo “concreto” e conjuntural que analisa as classes enquanto atores sociais. O primeiro modelo seria uma lei geral “abstrata” aplicável a todos os tipos de sistemas de classes. Neste modelo, a luta de classes seria comum a diferentes sociedades, em contextos históricos diversos, responsável por movimentar o desenvolvimento histórico destas populações. É justamente deste modelo que se extraem as principais propriedades do conceito de classe da tradição marxista. É possível destacar: (a) a propriedade relacional das classes; (b) seu caráter dicotômico, antagônico e dependente; e (c) a íntima relação com a propriedade e o modo de produção.

A primeira característica é a sua propriedade relacional (SANTOS, 2002; GIDDENS, 1975). As classes não podem ser definidas separadamente umas das outras. Elas não são grupos desvinculados, estanquizados. Ao contrário, são grupos que possuem vínculos, que se relacionam uns com os outros. Portanto, somente através destas relações

⁴ Segundo Giddens, outro problema do conceito de classe na obra de Marx e Engels está relacionado à questão da terminologia. Existe uma variabilidade no emprego do termo por Marx. Em determinados momentos, ele utiliza as palavras “stratum” ou “state” como sinônimo de classe, o que dificulta a compreensão do sentido que atribui a “classe”.

é que as classes podem ser definidas. Essas são um fio condutor fundamental para a definição das classes.

Outras propriedades são o caráter dicotômico, antagônico e interdependente presentes nesta categoria. As classes sociais são fundamentalmente dicotômicas, já que, ao longo da História, as estruturas de classe se apresentam centradas em dois grupos centrais. Na Antiguidade, existiam patrícios e plebeus, Idade Média, senhores e servos, na Modernidade, haveria a burguesia e o proletariado. Além disso, estes grupos seriam antagônicos, já que seus interesses seriam fundamentalmente contraditórios. O interesse de classe, critério fundamental da distinção dos grupos, se engendraria nas relações de exploração entre elas. Por exemplo, no caso do sistema capitalista, a apropriação da mais-valia estaria na origem da relação de exploração entre a burguesia e o proletariado. Não haveria, então, como conciliar ou harmonizar o interesse entre os grupos, estando as classes em permanente conflito, sendo a luta entre elas imprescindível. Nesse sentido, não seria qualquer tipo de relação o que distinguiria as classes, mas, sobretudo, uma relação antagônica e conflituosa.

Além da relação antagônica, as classes também se definem por sua dependência. A dependência entre elas não está relacionada apenas às relações materiais, está relacionada também ao fato de que nenhuma delas pode se livrar da relação, sem com isso perder sua identidade enquanto “classe”. O proletariado depende não só do salário pago pelo burguês para se entender como classe trabalhadora, mas, da existência da burguesia para se identificar como proletariado.

Por fim, deve-se destacar a íntima relação das classes com a propriedade e o modo de produção. Os interesses antagônicos imanentes às classes provêm das relações de exploração estabelecidas no âmbito do modo de produção. Isto significa que o surgimento das classes está fundamentalmente atrelado ao modo de produção e, por consequência, às relações de propriedade em dada sociedade. Para Marx, a apropriação dos meios de produção, por parte de alguns grupos e a desapropriação por outros, leva, conseqüentemente, ao estabelecimento das relações de exploração. Isto, por sua vez, forja os interesses antagônicos das classes. Assim, na Idade Média, os senhores feudais detinham a propriedade das terras e mantinham uma relação de exploração com os servos, no sistema capitalista, a burguesia se apropria dos meios de produção, compelindo o proletariado a vender sua força de trabalho como forma de sobrevivência. Nesse sentido, é somente por meio da exploração enraizada nas relações de produção que as classes podem ser definidas.

José Alcides Santos (2002) sintetiza algumas características da categoria a partir do modelo “abstrato” de classe de Marx:

“Classes dizem respeito a localizações estáveis e estruturalmente determinadas na esfera das relações sociais de produção; definem-se em termos de relações de propriedade, ou seja, dos ativos produtivos controlados, e formam categorias de atores sociais caracterizados pelas relações de propriedade que geram exploração”. (SANTOS, 2002, p. 41).

Ele também as define como:

“um mapa estrutural de *interesses materiais* comuns baseados na exploração. Devido aos tipos específicos de ativos que controlam, as pessoas de uma determinada classe “enfrentam objetivamente as mesmas amplas estruturas de escolhas e tarefas estratégicas quando procuram melhorar seu bem-estar econômico”. Interesses de classe comuns significa compartilhar das mesmas estratégias otimizadoras materiais.” (SANTOS, 2002, p. 41).

O segundo modelo teórico utilizado por Marx ao longo de sua obra é denominado de modelo “concreto” de análise. Ele está relacionado à análise histórica e empírica das classes. Neste modelo, exemplificado pela análise conjuntural política que realiza em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011), emerge uma imagem complexa de classes, frações de classe, facções, categorias sociais, estratos sociais e outros atores no cenário político. Nesta obra, Marx está preocupado em analisar os conflitos entre esses atores e a sua relação com o Estado e, portanto, não realiza um esforço de sistematização teórica das estruturas sociais concretas. O que ele deixa transparecer é a descrição de uma série de atores e frações de categorias sociais.

Um dos problemas da ambiguidade relacionado ao conceito de classe seria consequência das assimetrias entre a construção teórica “abstrata” e a construção “concreta” (GIDDENS, 1975). Mais precisamente, o problema, segundo Wright (1985), seria a contradição entre uma categoria de classe “vazia”, resultante do modelo “abstrato” e um mapa descritivo de classes e frações de classe, sem nenhuma sistematização teórica entre as duas.

Este embate entre uma perspectiva “abstrata” e “concreta” de classe levaria a alguns problemas como: (a) o conceito de classe se aplicaria a sociedades em contextos históricos distintos, ou seria específica da realidade moderna? (b) como compreender as frações de classe ou ‘classes em transição’ no interior do modelo “abstrato” dicotômico?

Em relação à primeira questão, é preciso lembrar que, muitas vezes, Marx utiliza o conceito de classe de acordo com o modelo “concreto”, como o termo estamentos ou “classes feudais” para se referir ao sistema de classes da Idade Média. Contudo, Giddens explica que as relações de classe no capitalismo, ao contrário do que fora no sistema

feudal, convertem-se em relações puramente econômicas, num sentido estrito. Isto permitiria perceber, portanto, que o modelo dicotômico “abstrato” não seria incompatível com o modelo “concreto”, já que, ainda que exista uma lei geral das lutas de classe comum às diferentes sociedades, o sentido da classe é dado pelo contexto histórico. Assim, referir-se à “classes feudais” ou estamentos não comprometeria a lei geral das lutas de classe. Simplesmente, durante a Idade Média, o sentido de classe não estaria restrito à dimensão econômica, como está na época moderna, como Giddens explica:

“Qual destas é a sua verdadeira linha de pensamento? Ambas, é a resposta. Em outras palavras, ainda que o feudalismo esteja baseado num sistema de classes, que se adapta ao “modelo abstrato” de classes, há entretanto, grandes contrastes entre as classes feudais e capitalistas examinadas num nível concreto. O feudalismo, como o capitalismo, está construído sobre uma relação dicotômica de classes, centrando-se, nessa instância, sobre a propriedade de terras. Mas esta estrutura de classes também difere, em aspectos básicos, da criada pelo advento do mercado capitalista”. (GIDDENS, p. 35)

Portanto, Giddens, defende que, mesmo com a ambiguidade do conceito na obra de Marx, não é possível apontar um único modelo como o verdadeiro, como correto, em detrimento do outro. Os dois modelos seriam “verdadeiros”, ou seja, as duas perspectivas seriam compatíveis.

Em relação à segunda questão (“como compreender as frações de classe ou ‘classes em transição’ no interior do modelo “abstrato” dicotômico?”), deve-se destacar que Marx utilizou, por vezes, frações de classe, reconhecendo diferenciações no interior da classe. Talvez a resposta para esta questão se encontre na mesma direção da resolução da primeira questão. Dizer que há diferenças no interior de uma classe talvez não impossibilite o modelo dicotômico “abstrato”. Ainda que haja duas classes “abstratas” antagonicas, as diferenças produzidas em seu interior seriam dadas por outros mecanismos, de acordo com o contexto de cada época.

Marx também utilizou o termo “classes em transição” para designar grupos residuais que tenderiam a desaparecer ou a se fortalecer, de acordo com o desenvolvimento de determinado modo de produção. Esta questão talvez seja mais problemática do que a anterior, uma vez que estes grupos parecem ser entendidos como não significativos no interior do modo de produção e como “espécies em extinção”, já que tenderiam a desaparecer com o aprofundamento das lutas de classe, (e, por isso, seriam designados “em transição”). Ou seja, a questão das “classes em transição” esbarra tanto no problema da dicotomia das classes do modelo “abstrato”, quanto na questão da lógica de evolução e término do modo de produção. Cabe lembrar que essa problemática

se desdobra na questão da classe média na teoria marxista. Talvez ela constitua um dos limites da “teoria de classe” em Marx. De qualquer forma, esta questão deve ser discutida de forma mais extensa na última seção deste capítulo.

Por último, mas não menos importante, é possível indicar o problema da consciência de classe, que não é proveniente das diferenças entre o modelo “abstrato” e o “concreto” de análise, mas está associada ao conceito de classe em Marx.

Para Marx, a classe burguesa é, ao mesmo tempo, a classe que domina em termos espirituais, já que as ideias que produz são também dominantes no capitalismo (MARX, 1998, p. 48). Nesse âmbito, a classe operária não se reconheceria como classe, já que estaria alienada. Assim, a única forma, da classe trabalhadora se reconhecer como classe, seria através da luta de classes. Isto está claro no trecho abaixo:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta [...] esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. (MARX, 1998, p. 159)

Marx dá a entender que, para a classe se formar como classe, seria necessário a existência de uma consciência de classe. No momento em que o modo de produção engendra as relações de exploração e os interesses antagônicos, as classes se forjam enquanto “classe em si”. Mas seria somente no momento em que as classes tomam consciência de sua condição de classes que elas passariam a ser uma “classe para si”. Isto quer dizer que, em determinados momentos de sua obra, Marx entende que consciência de classe é um fator crucial para a formação da classe.

Este é outro problema bastante complexo da teoria marxista. Como compreender a transição de uma formação de classe num nível estrutural, para a formação no nível da consciência? Somente a partir da consciência de classe é que se poderia falar na existência da classe? Giddens acredita que, em Marx, o uso normal de “classe” representa qualquer agrupamento que compartilhe a mesma relação com os meios de produção, sem considerar se as pessoas envolvidas estão conscientes de, e atuam sobre, seus interesses comuns. Ele chama a atenção para o fato de que Marx, em alguns momentos, indica que a existência da classe está atrelada à consciência de classe, mas em sua opinião, não haveria ambiguidade conceitual nisso. Na realidade, o que existiria é uma acentuação sobre a consciência de classe para enfatizar o agenciamento de classe numa dimensão política.

Semelhantemente, Wright explica que a questão da consciência de classe postula o problema entre a *estrutura de classe* e a *formação de classe*. Muitos autores marxistas, como Gyorgy Lukács (1977) se esforçaram para resolver esta lacuna entre a estrutura de classe e a formação de classe. Segundo Wright, estas novas análises de classe têm dois deveres principais: o preenchimento de lacunas não teorizadas no lado estrutural da tipologia e uma análise sistemática sobre o problema da transição entre essa estrutura de relações e a formação coletiva dos atores. Para Wright, existe uma indeterminação do relacionamento entre estrutura e formação de classe:

A estrutura de classes estabelece os limites de variação possível da formação, consciência e lutas de classes e impõe obstáculos e oportunidades às tentativas de quaisquer atores políticos organizarem pessoas em formações coletivas. Mas, dentro desses limites, uma variedade de fatores políticos e históricos moldam os padrões presentes que emergem. Os interesses baseados na exploração, radicados na estrutura de classes, constituem as bases materiais para uma variedade de formações de classe *potenciais*. A estrutura de classes pode definir o terreno dos interesses materiais, em torno dos quais experiências de formação da classe ocorrem, ou as probabilidades subjacentes de diferentes tipos de formação de classe, mas os resultados dependem de uma série de fatores que são estruturalmente contingentes em relação à própria estrutura de classes. (...) O processo de formação coletiva é decisivamente moldado por uma variedade de mecanismos institucionais que são “relativamente autônomos” e que determinam os modos como as estruturas traduzem-se em atores coletivos com ideologias e estratégias específicas (SANTOS, 2002. p. 56-57)

Deve-se perceber, portanto, que a consciência de classe em Marx é uma questão complexa. A interação entre a dimensão da “classe em si” e da “classe para si” não é determinada em sua obra e, portanto, é uma problemática, cujas respostas cabem às interpretações e ao desenvolvimento teórico de diferentes autores marxistas. Isto não significa a invalidação desta questão na obra de Marx, pelo contrário, a partir do momento em que ela é um obstáculo, torna-se um desafio para o aprofundamento e formulação desta problemática na teoria marxista.

O mesmo pode ser dito em relação ao conceito de classe. Em função da ambiguidade de sentidos e da falta de sistematização teórica para o conceito, coube a autores posteriores a Marx interpretar e aprofundar o desenvolvimento da teoria marxista de classe. Na realidade, muitas foram as correntes dentro do Marxismo que refletiram sobre a classe. Durante as décadas de 1950 e 1960, na França, por exemplo, houve um intenso debate entre marxistas sobre o tema. Um importante autor foi Nicos Poulantzas. Aluno de Althusser, Poulantzas seguiu, a princípio, o althusserianismo mas, posteriormente rompeu com este. Outro autor importante que discutiu sobre o tema,

aproximadamente nesse mesmo período da década de 60, na Grã-Bretanha, o historiador marxista Edward Thompson seguiu um marxismo cultural para compreender a formação de classe por meio de uma perspectiva mais culturalista e subjetivista. Mais recentemente, na tendência de um marxismo analítico, Erik Olin Wright (1985) desenvolveu uma teoria clara e rigorosa de estruturação de classes dentro da tradição marxista. Outro autor importante que segue o marxismo analítico e contribui para a discussão de classes é Adam Przeworski⁵. Vale ressaltar aqui que, ainda que haja diferentes correntes no marxismo para se refletir sobre a noção de classe é possível destacar propriedades essenciais do conceito que fundamentam o desenvolvimento teórico desses outros autores (SANTOS, 2002). A tradição marxista foi e continua a ser paradigmática para a conceituação da classe, ela é incontornável.

1.3. O conceito de classe na tradição weberiana

No pequeno texto “Classe, “status”, partido” (1977) Max Weber desenvolve sua teoria sobre classe. Para a existência desta, ele estipula algumas condições. Segundo Weber, só é possível haver classe quando:

determinadas pessoas possuem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente por interesses econômicos na posse de bens e oportunidades de rendimentos, e 3) é representado sob as condições do mercado de produtos ou do mercado de trabalho (WEBER, 1977, p. 63).

Isto significa que a classe, para Weber, está relacionada a condições econômicas. Estas estão vinculadas a interesses econômicos em relação à posse bens e a oportunidades de rendimentos forjados nas competições de mercado. Essa concorrência de interesses leva, então, a diferenças de oportunidades de vida das pessoas. Então, a classe está intimamente relacionada a interesses econômicos e a oportunidades de vida. Percebe-se, com isso, que a propriedade é central na concepção weberiana de classe.

Weber também afirma que “o termo ‘classe’ refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontra na mesma situação de classe” (WEBER, 1977, p. 63). Ou seja,

⁵ Para aprofundar as teorias desses autores, ver, por exemplo, Poulantzas, Nicos. *Classes in contemporary capitalism*. London: NLB, 1975; Thompson, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. e Przeworski, Adam “Proletariat into a Class: The Process of Class Formation from Karl Kautsky's The Class Struggle to Recent Controversies” In: *Politics and Society*, 1977 7: 343

para ele, ‘classe’ seria sinônimo de ‘situação de classe’. Esta associação direta entre as duas noções parece sugerir que a classe é algo mais contingencial do que estrutural. Se, em determinado momento, uma pessoa se encontra numa situação de classe, em outro, pode se ver numa outra situação. O que parece indicar que a classe não é um fenômeno estável, inalterável, ao contrário, é um estado dinâmico, plausível a mudanças. O termo ‘situação de classe’ parece, portanto, abrir espaço para uma noção de mobilidade de classe.

Mais adiante, Weber define ‘situação de classe’ como:

(...) a oportunidade típica de um suprimento de bens, condições exteriores de vida, e experiências pessoais, na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou por sua ausência, de dispor de bens ou habilidades em benefício de rendimentos em uma dada ordem econômica (WEBER, 1977, p. 63).

A partir destas afirmações, Weber defende que, mais do que a possibilidade de dispor de bens ou de habilidades, o tipo de bens ou propriedades e o tipo de habilidades ou serviços são fundamentais para a definição da situação de classe. Isso significa que para Weber não é só a propriedade em si e o serviço ofertado por aqueles que não dispõem de propriedade no mercado, mas o tipo de cada uma destas categorias o que importa para a configuração das situações de classe. Nesse sentido, a ‘situação de classe’ é em última instância, uma situação de mercado.

Segundo Giddens (1975), os tipos de propriedade e/ou de serviços utilizados por Weber, para embasar as diferentes situações de classe, embora, em alguns momentos, possam tender a dicotomizar as classes (entre aqueles que possuem um determinado tipo de propriedade ou não), permitem produzir uma tipologia complexa de classes. De fato, o modelo weberiano, como analisa Giddens, faz com que a qualificação educacional e a monopolização de habilidades profissionais assumam um significado particular. O tipo de serviço, por exemplo, ofertado por um indivíduo ou por um grupo social pressupõe o nível educacional ou o monopólio da habilidade profissional.

Estas diferenças entre tipos de propriedade e de serviços forjam, por conseguinte, interesses de classe distintos. Como Giddens explica:

Os tipos de propriedade que podem ser empregados para a obtenção de rendas de mercado, embora dividam-se geralmente em dois tipos criando classes proprietárias (rentier) e de aquisição (empresariais) – são bastante variáveis e podem produzir inúmeros diferenciais de interesses dentro das classes dominantes (GIDDENS, 1975, p. 47)

Desta forma, estas diferenças de interesse de classe promovem uma concepção de classes pluralista (GIDDENS, 1975; RIBEIRO, 2007). A forma de categorizar os tipos de propriedades e de serviços pode ser diversa. Como as diferenças no tipo de propriedade e de serviços das pessoas no mercado permitem produzir uma infinidade de interesses e, por consequência de situações de classe, a forma de classificação destes tipos de propriedade e de serviços abre espaço para o estabelecimento de estruturas de classes variadas.

Para além da definição de classe, neste texto, Weber também define o que seriam grupos de status e partidos. Os grupos de status estariam atrelados às diferenças de honra social numa determinada sociedade; os partidos estariam relacionados às distribuições de poder; já as classes estariam vinculadas à distribuição de bens e serviços. Com essa separação, Weber dá a entender que existiriam três dimensões distintas de estratificação nas sociedades. Essas dimensões se diferenciariam, portanto, da seguinte maneira: as classes estariam alocadas no interior da ordem econômica, os grupos de status, na ordem social e os partidos, na ordem política. A separação dessas três dimensões deixa nítido, a princípio, que, para Weber, a classe seria apenas uma forma de investigar as diferenças sociais. Os grupos de status e os partidos⁶ seriam, nesse sentido, outras formas de analisar e agrupar as desigualdades numa dada sociedade. Ribeiro (2007) entende essa diferenciação a partir do problema da mobilidade social. Para ele, a diferenciação dessas três dimensões determinaria os tipos de recurso disponíveis para os grupos inseridos nestas categorias, o que influenciaria as diferentes chances de vida entre eles. Segundo ele, ainda que a participação nas três esferas possa se sobrepor, nenhuma pode ser reduzida às demais.

No entanto, segundo Giddens, Weber tinha menos a pretensão de demonstrar a existência de três dimensões de estratificação, e, mais a de defender que a dimensão do poder não está necessariamente atrelada à dimensão econômica. Como ele explica:

A principal afirmação da análise de Weber não é que a classe e o status constituem duas "dimensões da estratificação", mas que as classes e as comunidades de status representam dois modos possíveis, e concorrentes, de formação de grupos em relação à distribuição do poder na sociedade. O poder não é, para Weber, uma "terceira dimensão" de certa forma comparável às duas primeiras. (...) O teorema que informa a posição de Weber aqui é a sua insistência em que o poder não deve ser juntado à dominação econômica (...) (GIDDENS, 1975, p.49).

⁶ A compreensão do termo partido não inclui unicamente os partidos políticos, mas também grupos corporativos orientados politicamente, estratos de poder, facções, grupos de pressão, etc.

Apesar dos diferentes lugares de pertencimento entre as três categorias, todas são consideradas por Weber, esferas de distribuição de poder nas sociedades. Ele deixa isso bem claro quando afirma “*classes, grupos de status e partidos são fenômenos de distribuição de poder dentro duma comunidade*” (WEBER, 1977, p. 62). Isto leva a crer que, na realidade, o aspecto econômico e o de honra são aspectos de poder, mas este não pode ser reduzido a aqueles. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que há uma associação entre a dimensão do poder e a dimensão econômica e de honra, há um descolamento e relativa autonomia entre eles na teoria weberiana.

Cabe ainda destacar que, para Weber, as três dimensões, não seriam estanques, haveria interligações entre elas. As classes, por exemplo, e os grupos de status teriam influência mútua. A honra social pode ser fundamento do poder econômico, assim o poder econômico pode servir como fator de honra social. Quanto a isso, Giddens aponta que a propriedade vincula intimamente as duas dimensões. Esta não representa apenas um determinante da situação de classe, mas fornece base para um estilo de vida. Em função disso, no mundo moderno, mais do que nunca, estes dois fatores estão intimamente relacionados. Isto permite, portanto, que atualmente grupos que dominam economicamente sejam também aqueles que detêm enorme prestígio e honra sociais.

Por outro lado, Giddens aponta que a separação entre a dimensão econômica da classe e a dimensão social do grupo de honra é também uma forma de delimitar aspectos objetivos e aspectos subjetivos do mundo social. Enquanto a classe, para Weber está relacionada a um dado econômico que difere objetivamente os grupos, o prestígio e a honra estão vinculados a aspectos de diferenciação subjetiva. Além disso, Giddens também defende que enquanto as relações de classe estão vinculadas a relações de produção, os grupos de status ligam-se a relações de consumo.

Weber também diferencia classe econômica de classe social (GIDDENS, 1975; RIBEIRO, 2007). Os autores constataam que a variabilidade de situações de classe pode levar a uma infinidade de classes. Mas, segundo Giddens, só existiria uma classe social quando essas situações de classe se agrupassem de tal forma a estabelecer um nexo comum de intercâmbio social entre os indivíduos. A noção de classe social estaria, nesse sentido, mais próxima da de grupos de status do que de classe propriamente econômica. Com base nisso, Weber chegou a distinguir quatro grupos principais de classes sociais: a classe operária manual, a pequena burguesia, os trabalhadores white-collar não proprietários, os privilegiados através da propriedade e da educação.

No desdobramento do seu raciocínio, Weber explica as relações entre classe e ação. Ele define as classes como “*apenas bases possíveis e frequentes de ação comunal*” (WEBER, 1977, p. 63). Para ele, as classes representam apenas possibilidades de ações. Estas podem se dividir entre ‘ações comunais’ e ‘ações societárias’. As ‘ações comunais’ podem, por sua vez, levar a ‘ações societárias’, no entanto não há nenhuma obrigatoriedade nisto.

As ações comunais são, para Weber, ações orientadas pelo sentimento dos atores de que eles são indissociáveis. Estas podem ocorrer entre membros de uma mesma situação de classe, como as ‘ações semelhantes amorfas’. Um exemplo seria o resmungar dos trabalhadores em relação às tarefas do trabalho ou diante do patrão.⁷ Por outro lado, as ações comunais podem não ocorrer necessariamente entre membros de uma mesma classe, ao contrário, podem ser ações entre membros de classes distintas. Isto ocorre com as ações comunais que dão origem a situações de classe. O mercado de trabalho, o mercado de produtos e o empreendimento capitalista seriam alguns exemplos deste tipo de ação comunal.

As ‘ações comunais’ não devem também ser confundidas com as ‘ações societárias’. Estas são definidas por Weber como ações orientadas para o ajustamento de interesses racionalmente motivado que podem surgir de uma situação de classe. A formação de sindicatos e a configuração de uma greve pelos trabalhadores seriam exemplos de ‘ação societária’, já que exigiriam esse ajustamento de interesses racionalmente motivados.

Em relação a esse último tipo de ação, Weber explica que não é um fenômeno universal. Não é porque uma situação de classe é comum em diversas sociedades que a ação societária necessariamente deverá ocorrer em todas elas. Nesta lógica, nem mesmo está dado que a ação societária deverá acontecer em alguma delas. O mesmo se sucede para a ‘ação comunal’. Dada uma situação de classe, não é imperioso que haja ações comunais entre os membros de uma classe. Aquelas representam apenas possibilidades de estas ocorrerem. Ou seja, Weber entende que as situações de classe forjam apenas probabilidades de ações comuns entre os seus membros.

Pode-se depreender, portanto, que uma ação comunal ou societária não está pré-configurada a partir de uma situação de classe. Existe uma relativa autonomia entre uma

⁷ Em relação a isto, não fica claro no texto de Weber (isto pode ser um problema da tradução) se as ações comunais podem se transformar ou ser a mesma coisa que as ‘ações de massa’, já que esta última é definida por Weber como reações essencialmente semelhantes produzidas pelas situações de classe.

situação de classe e uma ação entre os membros desta classe. Não há, de acordo com o raciocínio de Weber, um *telos* entre situação de classe e ação societária. Para ele, o grau que ocorrem estas ações está ligado a condições culturais, mais especialmente às de tipo intelectuais, assim como, à amplitude dos contrastes e à transparência das conexões entre as causas e as consequências da ‘situação de classe’. Existe, assim, na teoria weberiana, uma contingência e uma determinação múltipla de fatores causais para o forjamento de uma ação comunal ou societária.

Visto isso, é preciso ressaltar que o texto “Classe, “status” e partido” de Weber é uma contribuição emblemática para as pesquisas entorno das classes sociais. Ainda que seja difícil delimitar uma tradição weberiana, dada a grande e diversa influência do arcabouço teórico de Weber nos estudos sociológicos, atualmente (NIELSEN, 2000), é possível perceber sua grande influência em obras de autores mais contemporâneos. Por conseguinte, em relação aos estudos sobre classe e estratificação, é possível delinear uma tendência teórica weberiana. Assim, autores mais recentes como John Goldthorpe⁸ e Wright Mills podem ser inseridos nessa tradição. Estes podem ser considerados autores neo-weberianos.

Por outro lado, é possível perceber que os escritos de Weber são amplos o suficiente para permitir apropriações intelectuais diversas (NIELSEN, 2000) e, por isso, são considerados nada conclusivos (RIBEIRO, 2007). Comparativamente à teoria marxista, a teoria weberiana parece ser mais vaga, dando margem a diversas delimitações de classe.

O texto “Classe, “status, partido” apresenta muitas correlações com a teoria de classe de Marx. Weber escreveu-o (GIDDENS, 1975), pensando em apresentar alternativas teóricas à teoria marxista. Nesse sentido, uma análise comparativa entre Weber e Marx parece ser bastante frutífera para uma melhor compreensão das respectivas teorias.

Weber desenvolveu uma teoria de classe distinta da de Marx. Ainda assim, sua teoria apresenta aspectos semelhantes ao do último. A primeira semelhança entre as duas teorias é o fato de que a classe está fortemente associada à dimensão econômica (RIBEIRO, 2007). Se em Marx a associação está diretamente associada às relações antagônicas e interdependentes de produção, em Weber, a associação com esse tipo de

⁸ Para aprofundar os conhecimentos acerca da teoria de classes de Goldthorpe ver, por exemplo, GOLDTHORPE, J. H. *et al. The Affluent Worker in the Class Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

relação não é tão nítida. A dimensão econômica aparece, em sua teoria associada ao tipo de bens ou serviços das pessoas concorrentes no mercado. Ainda que desenvolvidas a partir de pontos de vista distintos, as duas vertentes concordam que a classe perpassa a dimensão econômica. Além disso, as duas acabam por englobar a propriedade como fator fundamental em suas definições. A classe é, portanto, para os dois uma categoria fundamentalmente econômica e relativa à propriedade.

Outro aspecto semelhante das duas teorias é que, tanto Weber quanto Marx, concebem a classe de forma abstrata (GIDDENS, 1975). Eles não realizam um estudo empírico para chegar às suas definições. Partem, ao contrário de perspectivas abstratas para isso. Além disso, outro aspecto semelhante é que ambos acreditam que o capitalismo mudou radicalmente a relação entre classe e sociedade. A expansão da vida econômica diante de outras dimensões sociais engendrou uma sociedade, na qual as classes exercem um papel fundamental.

Em relação aos aspectos destoantes das duas teorias, é possível enumerar alguns. O primeiro é o fato de que Marx desenvolve uma “teoria” de classes (ainda que no modelo abstrato) dicotômica, enquanto Weber, uma pluralista. Marx, baseado na teoria dialética hegeliana, desenvolve um sistema de classes relacional, antagônico e dependente. Para ele, as classes só podem ser definidas como classes a partir da relação de exploração e, portanto, de contradição e de dependência que existe entre elas. Essa relação é, portanto o elo definidor da essência da classe. Não há como pensar uma classe por si só, fora da sua relação de contradição com as demais. Weber não acredita na análise das contradições da estrutura de classes de Marx, nem parece partir de uma perspectiva relacional entre elas⁹. Para ele existe uma tendência de um sistema diversificado de relações de classes. A complexidade das relações de mercado gera uma variedade de interesses econômicos. As classes são, desta forma, fragmentadas por divisões de interesses, forjadas pelas diferentes posições no mercado. Na teoria weberiana, não há, portanto, uma necessária relação antagônica entre as classes. Nem a relação, nem o antagonismo são fatores cruciais na definição destas. Estas, na realidade, embasadas pelo tipo de propriedade e/ou pelo serviço ofertado no mercado, podem se dividir em muitas. Ou seja, a perspectiva weberiana leva, diferentemente da noção dicotômica marxista, a um modelo plural de

⁹ O caráter relacional do modelo de classes weberiano parece ser um assunto controverso, já que, ainda que Weber não aponte este fator como fundamental para a determinação das classes, alguns autores como Giddens (1975) ou Scalon (1998) defendem que o modelo weberiano não descarta o caráter relacional das classes.

classe. Giddens acredita que Weber não fracassou em reconhecer laços unificadores entre as classes.

Isto se desdobra no fato de que Weber não corrobora a hipótese da Marx de crescente polarização das classes. Para Marx, a lógica exploratória imanente ao sistema capitalista, concomitantemente ao desenvolvimento das lutas de classe, levaria ao aumento da burguesia, por um lado, e do proletariado, por outro. Ou seja, haveria, conforme a dinâmica do capital, uma tendência a crescente polarização das classes no sistema capitalista. No entanto, o modelo pluralista de classes de Weber vai contra esta lógica, já que, de antemão, não corrobora com seus pressupostos lógicos. Pelo contrário, Weber acredita numa diversificação de classes, dada pela complexificação do mercado capitalista. Weber concorda com Marx que há uma tendência dos pequenos proprietários de se extinguirem (GIDDENS, 1975), entretanto eles não tendem a ser proletariado, mas a serem absorvidos como trabalhadores assalariados especializados, manuais ou não manuais, em expansão. A burocratização, fenômeno central na teoria weberiana estimularia, por exemplo, um crescimento progressivo de trabalhadores não-manuais no mercado de trabalho. Isto promoveria clivagens de interesses entre os trabalhadores manuais e os não-manuais. Seria, portanto uma tendência do sistema capitalista.

O segundo aspecto de assimetria entre a teoria de classe weberiana e marxista é a relação entre classe e poder. Em Marx, as relações de exploração na esfera da economia produzem relações de classe entre dominantes e dominados. Ou seja, na teoria marxista, as classes econômicas não estão desvinculadas da dimensão do poder. Há uma relação intrínseca entre elas. No entanto, para Marx o poder é derivativo da economia. Há, em grande parte, um imperativo da economia sobre a dimensão política. É a partir das relações de produção que as relações de poder se estabelecem. Weber faz o contrário, dá primazia ao político. Classe, grupos de status e partido são fenômenos de distribuição de poder. Isto significa que a esfera do poder, ao contrário da esfera econômica em Marx, é central na teoria weberiana. No entanto, paralelamente a isto, Weber defende que a dimensão de poder não pode ser reduzida à dimensão econômica. Ou seja, a classe não é a única variável explicativa para as relações de poder. A distinção entre classes, grupos de status e partido é notória desta assertiva. Para ele, a classe, enquanto dimensão econômica, não deixa de estar vinculada a dimensões de poder e ou de prestígio social, contudo, a classe, ou seja, a esfera econômica não é a única fonte de explicação para fenômenos de honra e de poder. As filiações de status e de poder não são, portanto, para Weber, ao contrário de Marx, dimensões dependentes diretamente das relações de classes.

Um terceiro aspecto que pode ser levantado são as diferentes formas de tratamento em relação à objetividade da dimensão econômica e a subjetividade da consciência e/ou identidade de classe. O tradicional problema entre “classe em si” e classe para si” em Marx levanta a questão relação entre a objetividade de uma condição econômica e a construção da consciência e da identidade de classe. Ainda que diversos autores marxistas tenham tentado solucionar esta questão, é possível dizer que, grosso modo, para Marx, o acirramento da exploração do proletariado, ou seja, dos interesses econômicos levaria “naturalmente” à formação da classe. Haveria, então, uma direção direta, pelo menos no modelo mais simplificado do marxismo, uma direção teleológica entre a estrutura de classe e a formação de classe. Para Weber, o direcionamento de uma “classe em si” para uma “classe para si” não existiria. Não haveria nenhum direcionamento de sentido de uma estrutura de classe para uma consciência de classe. Ainda que ele também entenda, assim como Marx, a classe como um dado econômico objetivo, Weber acredita que o estabelecimento de uma consciência/identidade de classe exigiria outras condições, como, por exemplo, fatores culturais e/ou intelectuais. Nesse sentido, Weber constrói, em relação a este aspecto, uma teoria mais contingencial do que a teoria teleológica do modelo abstrato de Marx.

Esta questão se desdobra na relação entre classe e ação coletiva. Pode-se dizer que a resolução dos autores é semelhante nesta problemática. Assim como há um *telos* entre a estruturação da classe e a sua formação, há também em Marx, outro *telos* entre a formação da classe e a ação coletiva. Há um direcionamento entre estruturação de classe, formação de classe e ação coletiva na teoria abstrata marxista. Em Weber não há essa correlação direta. A ‘ação comunal’ ou a ‘ação societária’ depreendidas da situação de classe são contingenciais e multideterminadas por outros fatores sociais. A classe representa apenas uma base provável para a ocorrência destas ações.

Por fim, é possível destacar a centralidade concedida à noção de classe como outra diferença crucial entre as teorias marxista e weberiana. Ainda que Marx não tenha sistematizado uma teoria de classe, esta possui uma centralidade na sua teoria. As lutas de classe são, no modelo abstrato marxista, a força dinâmica central das configurações histórico-sociais. Isso se verifica no capitalismo. As relações de exploração e conflito entre burguesia e proletariado exercem um impulso vital na dinâmica do sistema. Nesse sentido, o fim das relações de exploração e de apropriação entre as classes, dentro da perspectiva marxista, significa o fim do sistema capitalista, a revolução para o socialismo.

Para Weber, isto não é verdadeiro. Não é a luta de classes entre capital-trabalho o que revela as principais características da sociedade burguesa. Não é a estrutura de classes o que difere a sociedade contemporânea da ordem moderna tradicional. Nem o seu término significa o fim das dominações da Era Moderna. Na teoria weberiana, é a tendência à burocratização o que expressa o caráter da ordem moderna. Não que Weber não reconheça o capitalismo como um sistema em que predominam as classes econômicas. Reconhece, assim como Marx, que há um predomínio das operações de mercado e é um sistema baseado nas diferenças entre capital e trabalho. No entanto, Weber rompe com Marx, na medida em que acredita que o caráter predominante do capitalismo não é a luta de classes, mas o caráter racionalizado da empresa produtiva capitalista. Assim, a formação das classes é mais um sintoma de um processo amplo do que uma característica central do sistema.

1.4. O problema da classe média

O termo “classe média” é muito utilizado atualmente por economistas (SALATA, 2012; THUROW, 1987; RAVALLION, 2010;). Interessados em mensurar a riqueza e sua distribuição no interior dos países, esses estudos econômicos adotam determinados modelos de estratificação social nos quais a categoria “classe média” é utilizada para delimitar os segmentos médios das populações.

Ao contrário dos estudos de distribuição de riqueza que se focam nos extremos sociais, ou seja, nas parcelas mais pobres e mais ricas dos países, muitas dessas pesquisas procuram mensurar as classes médias como forma de averiguar o nível de equidade na distribuição de renda nos países. Dessa forma, a renda é, frequentemente, utilizada nesses estudos como fator exclusivo para a delimitação da classe média (BANDROLINI, 2010).

As pesquisas que utilizam a renda como fator exclusivo na mensuração das classes, costumam se dividir em duas tendências metodológicas distintas: os que adotam valores absolutos (RAVALLION, 2010) e os que utilizam valores relativos de renda (THUROW, 1987). Os primeiros usam valores estipulados por organismos internacionais, enquanto os outros adotam valores de renda específicos das realidades econômicas dos países. Enquanto os que adotam valores absolutos acabam utilizando um padrão único para a noção de classe média e realizam comparações desta categoria em

diferentes países, aqueles que adotam valores relativos realizam investigações mais locais, levando em consideração aspectos mais específicos dos países. No entanto, independentemente dessas diferenças, o fato é que grande parte dessas pesquisas utiliza apenas a renda como critério definidor da classe média. Nesse sentido, a noção de “média”, muitas vezes, expressa a simples média da renda dos países. A classe média se resume, então, a um extrato intermediário.

Essa delimitação do sentido de classe média como um extrato social definido pela renda, frequente nos trabalhos de Economia, é apenas um dos significados que o termo pode apresentar. Ele é considerado um termo incerto, já que ao longo do tempo seus sentidos se modificaram significativamente (POCHMANN, 2014). Segundo Pochmann, os sentidos do termo classe média se modificam de acordo com as transformações estruturais do sistema capitalista. Mas o que parece também ocorrer é que, mesmo nas obras sociológicas de um mesmo período, o termo apresenta múltiplos significados. Assim, é comum que seja empregado de forma imprecisa pelos autores, seja pela indefinição do conteúdo social que o termo expressa ou pelos múltiplos sentidos que podem ser atribuídos a ele (MILLS, 1969; WRIGHT, 1985; HOPENHAYN, 2010, SCALON & SALATA, 2012; ADAMOVSKY, 2013).

Além disso, muitos trabalhos acadêmicos adotam o termo acriticamente. A existência de uma classe média aparece, muitas vezes, como um dado óbvio, sem grandes problematizações e que, portanto, não requer demonstrações (ADAMOVSKY, 2013). Mesmo quando é delimitado, sua definição tende a se desenvolver pela negativa, isto é, por aquilo que não é, mais do que por um conteúdo próprio original. A classe média é, assim, uma região nebulosa, imprecisa, uma faixa de transição da estratificação social, uma espécie de “limbo” social.

Na tradição marxista, os problemas associados ao termo são múltiplos. As contradições entre o modelo “concreto” e o modelo “abstrato” de classe de Marx, além da tese da polarização de classes no sistema capitalista e do problema da “falsa consciência” são algumas das questões que tornam sua definição mais complexa nesta tradição. No marxismo, a categoria se apresenta, portanto, como uma contradição, como um problema a ser solucionado.

Na teoria weberiana, parece não existir um pressuposto teórico que contradiga o termo classe média. No entanto, seu modelo de classes múltiplo parece permitir uma diversidade de classes médias, ou seja, assegurar uma variedade de sentidos para o termo. Assim, dada as dificuldades de definição do termo, alguns autores questionam se a

utilização do termo é uma simples repetição de um slogan político (ADAMOVSKY, 2013) ou se, o termo é capaz de representar um sujeito social uno e homogêneo, como talvez esteja implícito em sua definição (HOPENHAYN, 2010).

Por outro lado, o termo ressoa no imaginário coletivo. É comum que os meios midiáticos utilizem-no com o sentido econômico do termo ou mesmo com sentidos imprecisos, para se referir a classes sociais. Além disso, pesquisas revelam que há um uso corriqueiro da noção no imaginário popular, o que pode denotar, em muitos casos, uma dissonância entre a autopercepção e a condição objetiva de classe (HOPENHAYN, 2010).

Segundo Adamovsky, a utilização corriqueira da categoria teria implicações normativas e ideológicas para a população. O caráter normativo estaria atrelado à noção de meio e de justo inerente ao termo. A classe média traria consigo uma imagem mental associada à doutrina moral do meio justo, no qual o lugar do intermediário apareceria como o lugar da moderação e da virtude, por oposição aos extremos que seriam lugares do excesso e do vício ameaçadores do equilíbrio social. A performatividade ideológica da categoria estaria embutida no seu viés eurocêntrico. A mensuração do índice de classes médias, nos diversos países, seria uma forma de medir o índice de modernidade e de civilização destes. Estes significariam, por sua vez, performances europeias a serem alcançadas por outros países. O que significaria, então, que a classe média abarcaria uma performatividade ideológica baseada num ideal simbólico eurocêntrico.

Em vista da grande controvérsia em relação à definição do termo “classe média”, da sua popularidade e de possíveis consequências normativas e ideológicas para o imaginário popular, é interessante refletir sobre o conceito. Assim, a intenção desta parte do capítulo é apontar como a questão da classe média é trabalhada nas tradições marxista e weberiana e apontar uma solução teórica neo-marxista e outra neo-weberiana para esta questão. A ideia é então destacar a teoria de Erik Olin Wright da tradição marxista e a de Charles Wright Mills da tradição weberiana.

1.4.1. A “classe média” na tradição marxista e a solução de Erik Olin Wright

Desde os escritos de Marx, a questão da classe média apareceu como um problema a ser solucionado. Em sua obra, as contradições entre o modelo “concreto” e o modelo “abstrato” de classes já enunciavam dificuldades em lidar com a categoria. Mas o fator

que provou maior dificuldade em lidar com a noção de classe média na obra de Marx foi a tese da polarização de classes no sistema capitalista e das “classes em transição”. É possível também destacar outros pressupostos, como a questão da consciência e formação de classe que tornam a questão da classe média mais complexa.

Segundo o modelo “abstrato” de classes de Marx, existem duas classes antagônicas fundamentais no sistema capitalista: proletariado e burguesia. Contudo, o modelo “concreto” de Marx aponta para a existência de uma classe média na estrutura “empírica” da realidade. Estas duas constatações indicam haver uma incompatibilidade analítica em relação à categoria da classe média entre o modelo “abstrato” e o modelo “concreto” de Marx. Seria legítimo, então, falar de classe média no interior da teoria marxista?

Esta questão se tornou mais complexa a partir da ideia das “classes em transição” e da tese da polarização das classes entre capital e trabalho no sistema capitalista. A ideia das classes em transição diz respeito às classes que, segundo Marx, estariam em processo de formação ou de desaparecimento num determinado sistema social. No capitalismo, os pequenos proprietários ou a pequena burguesia (aqueles que trabalham por conta própria e empregam poucas pessoas ou não são assalariados), cujos interesses divergiriam dos do grande capital, estaria fadada a desaparecer. Nesse sentido, esta classe, também denominada de classe média, seria uma “classe em transição”.

Segundo Giddens, a atribuição desse caráter transicional à pequena burguesia e/ou à classe média seria uma forma de não sacrificar o modelo dicotômico de classe, já que seu caráter transicional, ou seja, sua tendência a desaparecer expressaria a sua não essencialidade ao modelo estrutural antagônico de classes. Isso significa então que a classe média não encontraria um lugar estrutural na teoria de Marx.

Ao lado da ideia de “classes em transição” encontra-se a tese da polarização das classes. A lógica de funcionamento do sistema capitalista, baseado na extração de mais valia, levaria ao aumento crescente da exploração do capital sobre o trabalho. Assim, a burguesia tenderia, a longo prazo a aumentar a sua riqueza, em detrimento da pobreza do proletariado. Ou seja, haveria uma disparidade crescente entre a riqueza material do capital e o trabalho assalariado (tese da “emiseração”). Paralelamente a isto, as classes e seguimentos de classe que “complicariam” o sistema dicotômico, tenderiam também a desaparecer. Isso significa que haveria uma tendência da pequena burguesia a se proletarizar. Em resumo, a lógica exploratória imanente ao funcionamento do sistema capitalista levaria, a longo prazo, à polarização crescente entre as classes dominantes e

dominadas. Deste modo, a pequena burguesia e/ou classe média, na teoria de Marx, seria uma categoria pouco significativa e não se enquadraria de forma estrutural em seu modelo dicotômico e antagônico de classe.

Vale lembrar também que Marx pressupunha que a mudança tecnológica constante no capitalismo levaria à mecanização crescente do processo produtivo, o que, por sua vez, provocaria o fim do trabalho especializado. A máquina assumiria a tarefa do trabalhador especializado e o trabalho ficaria reduzido a operações individuais repetitivas.

Essas premissas teóricas não significavam um problema para a perspectiva marxista. No entanto, passados mais de duzentos anos do desenvolvimento da teoria de Marx, o teorema de polarização radical entre as classes não se verificou nas sociedades capitalistas. Muitos marxistas foram convencidos de que essa teoria estava incorreta (WRIGHT, 1985.). De fato, o que se assistiu foi a um declínio estável da população que detém os meios de produção e/ou de trabalhadores que atuam por conta própria, denominados também de pequena burguesia (GIDDENS, 1975; WRIGHT, 1985). Além disso, constatou-se a expansão das ocupações profissionais e técnicas e o crescimento dos quadros administrativos e gerenciais ou daquilo que muitos chamam de camadas ou classes médias nos países capitalistas. Houve deste modo assimetria entre o plano teórico de Marx e a realidade empírica.

A não confirmação da teoria da polarização das classes complexificou a teoria marxista da formação de classes. Com o aumento dos setores e/ou classes consideradas médias o potencial revolucionário das classes trabalhadoras não teria como se concretizar. Segundo Marx a discrepância entre a riqueza da burguesia e a pobreza do proletariado seria responsável pela radicalização das lutas de classe. Nisto residiria o processo de conscientização e formação da classe trabalhadora, enquanto classe revolucionária. No entanto, como forjar a “classe para si” numa sociedade cada vez mais “medianizada”?

Alguns marxistas chegaram a inferir que esses novos trabalhadores e/ou esta nova pequena burguesia se encontraria num estado de “falsa consciência” e por isso não teriam uma concepção clara de sua identidade de classe. No entanto, autores como Alain Touraine (1969) procuraram substituir a ideia da tradicional proletarização e a da “falsa consciência” de classe. Para ele, mais do que simples extratos de classe média, esses novos trabalhadores constituiriam a nova vanguarda da classe operária, já que experimentariam uma situação de contradição entre a necessidade de controle autônomo sobre sua forma técnica, por meio da produção do conhecimento, e as exigências

burocráticas das empresas. Assim, o crescimento dessas camadas médias não implicaria no processo de formação da “classe para si”.

No entanto, a questão da consciência e formação de classes não é objeto central deste trabalho. O mais importante é entender as relações e as estruturas de classes. Desta forma, pretende-se demonstrar como os marxistas resolvem as incongruências entre o lugar residual que a pequena burguesia e/ou classe média possui na teoria dicotômica de classes e o aumento dessa(s) camada(s) ou classe(s) social(ais) da contemporaneidade. Seria possível falar em classe média dentro do marxismo? Qual seria o seu papel na estrutura de classes marxista?

Importantes autores como Nicos Poulantzas (1975), Barbara e John Ehrenreich (1979) e Erik Olin Wright (1985) debruçaram-se, dentro da tradição marxista, sobre a polêmica da classe média, desenvolvendo diferentes teorias para explicar o lugar desses novos trabalhadores e/ou dessa classe na estrutura de classes, sob uma perspectiva neo-marxista.

Erik Olin Wright desenvolveu uma teoria na qual a classe média possui um lugar estrutural na organização das classes sociais. Sua teoria se distingue de outras perspectivas marxistas que tendem a refutar a pequena burguesia e ou os trabalhadores de colarinho branco como uma terceira força na estrutura de classes marxista. Ao contrário de outros teóricos que tendem a dissolver a classe média entre a pequena burguesia e o proletariado para manter uma imagem dual da sociedade, Wright constrói um arcabouço teórico que insere a classe média na estrutura de classes, criando o conceito científico para o termo.

Wright (1985) desenvolve sua teoria mantendo alguns princípios fundamentais de teoria marxista. Dentre estes, pode-se destacar o princípio relacional das classes, o antagonismo de interesses imanente a elas, a exploração como base objetiva dos interesses antagônicos e as relações de produção como base fundamental da estruturação das classes. Por outro lado, Wright desconstrói a relação isomórfica entre a posição social e a classe de um determinado indivíduo que existe na teoria de Marx. Em sua perspectiva, não é correto pressupor que toda posição social ocupada por indivíduos no interior da estrutura de classes recaia no interior de uma única classe. Para ele, é possível perceber que algumas posições sociais possuem características de múltiplas classes. Elas se inserem em mais de uma classe simultaneamente. A natureza da classe é, então, derivada dessas posições.

A partir dessas premissas, Wright desenvolve o conceito de “localizações contraditórias de classe”. Por meio de relações de dominação e subordinação dentro da produção, ele analisa três dimensões: o capital monetário, ou seja, o fluxo dos investimentos e a direção da acumulação no processo produtivo; o capital físico, isto é, os meios de produção de fato dentro do processo de produção; o trabalho, ou seja, aquilo que envolve as atividades transformadoras dos produtores no processo de produção. As assimetrias entre essas três dimensões geram as localizações contraditórias dos indivíduos dentro da estrutura de classes. Aqueles que se encontram numa relação de dominação no que se refere a uma das dimensões, mas se encontra subordinado em relação a outra dimensão, está inserido numa localização contraditória de classe. Dessa forma sua posição social possuiria características das duas classes antagônicas: os trabalhadores e a burguesia.

Este modelo teórico foi aprimorado por Wright. Sua autocrítica o fez perceber que não eram as relações de exploração que estavam no centro de sua análise, mas as relações de dominação e subordinação. Isto ia contra um dos princípios fundamentais do marxismo. Então, influenciado pelas ideias de John Roemer refez sua teoria, introduzindo as relações de exploração mais ao centro de sua argumentação.

Ele parte então, nesta segunda fase de desenvolvimento de sua teoria, da ideia de que as desigualdades na distribuição dos ativos produtivos determinariam a exploração material. No âmbito da produção, a desigualdade de ativos permitiria a transferência de trabalho excedente, isto é, forjaria as relações de exploração. Por conseguinte, não haveria relações de classe sem apropriação e dominação. Elas estariam mutuamente atreladas e constituiriam fundamentos das relações de classe. As desigualdades dos ativos produtivos seriam as bases materiais da exploração e forjariam as relações de propriedade. Nesse sentido, a base da exploração teria sua raiz no controle dos diversos tipos de ativos utilizados na produção.

Wright aponta para a existência de diversos tipos de ativos. A organização do trabalho ou a divisão do trabalho dentro de uma empresa representa um recurso produtivo, uma fonte de produtividade. Até mesmo o controle dessa fonte de produtividade seria um ativo produtivo. Além deste, outro ativo seria a propriedade de qualificações escassas. Quando um grupo possui o controle sobre determinados conhecimentos, seu trabalho passa a ser valorizado e, portanto, seus conhecimentos tornam-se também um ativo na produção. Para existir, então, esse tipo de exploração, deve haver uma restrição da oferta da qualificação.

O nexa entre os tipos de ativos e a exploração permite pensar que existem variadas formas de exploração nas relações de classe capitalistas. Isto possibilita compreender a pertinência da noção de “localizações contraditórias de classe”, já que no interior dessas localizações os indivíduos podem ser simultaneamente exploradores e explorados e, portanto, dominantes e dominados, de acordo com o ativo ou a dimensão em questão.

A estrutura de classes, para Wright deve se basear na noção de exploração e de interesses materiais engendrados no interior das relações. Sua estrutura de classes corresponde a uma rede de relações sociais complexas que determina o acesso desigual aos recursos produtivos e molda os diferentes interesses materiais. Esse modelo de estrutura de classes gerou uma correspondente tipologia com doze “localizações de classe”, como se pode verificar na figura 1, abaixo:

Figura 1- Estrutura de classes de Eric Olin Wright

Ativos em meios de produção

Donos de meios de produção	Não-proprietários (trabalhadores assalariados)				
Possuem suficiente capital para empregar trabalhadores e não trabalhar.	1 Burguesia	4 Gerentes especialistas	7 Gerentes qualificados	10 Gerentes não qualificados	+
Possuem suficiente capital para empregar trabalhadores, mas precisam trabalhar	2 Pequenos empregadores	5 Supervisores especialistas	8 Supervisores qualificados	11 Supervisores não qualificados	>0
Possuem suficiente capital para trabalhar para si mesmos, mas não para empregar trabalhadores	3 Pequena burguesia	6 Não-gerentes especialistas	9 Trabalhadores qualificados	12 Trabalhadores não qualificados	-
		+	>0	-	
		Relação com qualificações escassas			

Relação com autoridade

Fonte: Erik Olin Wright, livro *Classes* (pg. 88). Tradução de José Alcides F. Santos, livro *Estrutura de posições de classe no Brasil* (pg. 52), 2002.

Santos (2002) explica que nessa tipologia, os indivíduos são distribuídos conforme relações de apropriação/exploração que exercem no âmbito da produção, a partir dos ativos produtivos. Essa tipologia de doze localizações foi desenvolvida a partir de uma tipologia básica de Wright que dividia os grupos ocupacionais com base em três relações de apropriação/exploração de ativos: a posse de capital, as relações de autoridade

no trabalho e a obtenção de qualificações escassas. Esta tipologia básica dividia em seis grupos. Essa outra foi desenvolvida a partir dessa tipologia básica, dividindo-a em três dimensões: a posição dominante, a contraditória e a subordinada. Isto promoveu, então, uma divisão de doze localizações de classe (que não significam doze classes), como está expressa na figura 1 acima.

A partir dessa tipologia é possível perceber que há três localizações de possuidores de ativos de capital e nove de empregados. Assim, dentre os proprietários se inclui a burguesia, os pequenos empregadores e a pequena burguesia (pessoas auto empregadas, sem empregados). A classe média seria composta pelas ocupações inseridas nas posições contraditórias e nas localizações privilegiadas de apropriação do grupo dos empregados. Ela abarcaria todos os tipos de gerentes, especialistas e os supervisores qualificados. Já a classe trabalhadora seria constituída pelos empregados subordinados em relação às dimensões de autoridade e de qualificação, isto é, não-gerentes e não-qualificados.

Esta exposição do teorema de Wright permite perceber, em primeiro lugar, que o conceito de classe média possui uma delimitação teórica consistente e que se insere estruturalmente na organização das classes sociais. Em segundo lugar, ela se diferencia da pequena burguesia. Ao contrário da tese de Poulantzas (1975), a classe média não está inserida no interior da pequena burguesia. São dois grupos distintos. Em terceiro lugar, é notável que as ocupações possuam uma força explicativa grande na delimitação dessa classe. Desta forma, é possível pensar que a noção de classe média não é necessariamente incompatível com a teoria marxista de classes. É possível conceitualizá-la cientificamente dentro dessa tradição.

1.4.2. A classe média na tradição weberiana e a proposta de Wright Mills

Na perspectiva weberiana, ao contrário da marxista, parece não haver grandes impedimentos teóricos para se trabalhar com o termo “classe média”. O princípio relacional das classes não é uma condição *sine qua non* da estrutura de classes proposta por Weber. O que define as diferentes situações de classe na perspectiva weberiana são os tipos de propriedades e/ou serviços possuídos pelos indivíduos. Disto infere-se um modelo múltiplo de classes, o que sugere que a organização das classes está mais próxima de uma pirâmide estratificada.

De acordo com a construção da tipologia de propriedades e serviços, pode-se desenvolver diversificados modelos de estrutura de classes. Assim é possível que haja diferentes delimitações para as classes sociais. Nesse sentido, o termo “classe média” dentro do teorema weberiano, não parece ter um significado delimitado e ser algo incongruente com esta perspectiva. Por outro lado, vale acrescentar que Weber chegou a apontar a existência de quatro classes sociais: a classe operária manual, a pequena burguesia, os trabalhadores white-collar não proprietários e a classe privilegiada proprietária. Mas o que poderia ser entendido por classe média? Seriam os trabalhadores white-collar ou a pequena burguesia?

Charles Wright Mills (1969) realiza uma análise das mudanças econômicas e sociais que ocorreram nos Estados Unidos entre os séculos XIX e XX. Ele sugere que o estabelecimento da nova sociedade industrial americana engendrou mudanças na economia, na cultura e, sobretudo, na organização dessa sociedade. Segundo Mills, a principal mudança organizacional da sociedade foi o declínio da “antiga classe média” e o surgimento de uma “nova classe média”.

O novo capitalismo industrial impôs uma dinâmica nos negócios cada vez mais atrelada à necessidade de conhecimentos e, por consequência, gradativamente monopolizada pelas grandes indústrias. Isto teria contribuído para uma crise no campo. Os pequenos proprietários e empreendedores rurais, denominados por Mills de “antiga classe média” não conseguiram competir com os grandes empreendimentos e progressivamente entraram em declínio.

Paralelamente, um novo capitalismo industrial estabelecia instituições burocráticas nas cidades que ofertavam novos tipos de trabalho. Trabalhos menos manuais e mais voltados para o gerenciamento, para a organização e a venda. Paulatinamente formava-se um novo grupo ocupacional nas cidades: os trabalhadores assalariados de colarinho branco, também chamados de “nova classe média”. Mas o que poderia se entender por trabalhadores de colarinho branco? Como esse grupo se diferenciaria da “antiga classe média”?

Nos passos de Weber, Mills utiliza os tipos de ocupação e de propriedade para delimitar as “situações de classe”. Ele acredita, conforme a perspectiva weberiana, que toda ocupação está associada a uma posição de classe, a um certo prestígio social e um certo poder. Além disso a ocupação está também vinculada a habilidades e funções específicas. Assim esses fatores são utilizados para delimitar a “antiga” em relação à “nova classe média”.

Para ele a “nova classe média” se diferencia da “antiga” pela falta de propriedade. Esta última seria formada pelos pequenos proprietários empreendedores radicados principalmente no campo. Estes seriam, portanto, detentores de pequenas propriedades. O tipo de propriedade a diferenciaria, por conseguinte, dos grandes capitalistas. Ao contrário dessa, a nova classe média não possuiria propriedades. Mills acrescenta que na atualidade a ocupação, mais do que a propriedade, seria fonte de renda determinante das chances de vida da maioria da classe média. Portanto, em termos de propriedade, os trabalhadores de colarinho branco se encontrariam na mesma posição dos outros trabalhadores.

Em termos de ocupação, os white-collar se definiriam pela ocupação de cargos não manuais. Segundo Mills, eles lidam mais com símbolos e com pessoas do que com coisas. Estão envolvidos com funções de coordenação, de distribuição, de organização, sobretudo no setor de serviços. Deste modo, os três maiores grupos ocupacionais que comporiam estes trabalhadores seriam os professores, os vendedores e os variados trabalhadores de escritório.

Suas ocupações exigiriam determinadas habilidades para manusear papel, dinheiro e pessoas. Eles seriam mestres em relações comerciais, profissionais e técnicas. Não produziram coisas, ao contrário, organizariam e coordenariam as pessoas produtoras de coisas. Eles são aqueles que mantêm o controle, oferecem serviços técnicos e pessoais e ensinam as habilidades que os outros necessitam para trabalhar.

Em termos de status, os white-collar reivindicam um prestígio maior do que os outros trabalhadores assalariados. Seu prestígio tradicionalmente está vinculado aos lugares e os tipos de trabalho realizados, bem como com a renda relativamente superior que auferem em relação aos outros trabalhadores. Muitos deles possuem prestígio pelo status da firma em que trabalham. As habilidades e a qualificação requeridas para o exercício de seus cargos, ou mesmo a autonomia que possuem para decidir os procedimentos dos seus trabalhos são fatores que contribuem para o prestígio dessa camada social.

A posição de poder desta “nova classe média” depende de outros fatores como a ocupação e o status. Alguns white-collar exercem cargos de autoridade. Eles possuem poder sobre outras pessoas, como é o caso dos gerentes. Mas mesmo fora do trabalho, alguns profissionais possuem posição de poder, pelas relações institucionais ou pela renda que possuem. Este é o caso dos advogados. O fato é que muitos empregados white-collar são assistentes de outras autoridades e, portanto, derivam sua autoridade destes.

Em relação à renda, Mills indica que os trabalhadores de colarinho branco possuem, em média, uma renda relativamente maior à dos outros trabalhadores assalariados. Ainda que Mills aponte a renda como um fator importante de distinção da nova classe média, ele não a entende como fator delimitador exclusivo das situações de classe.

Segundo o autor, os trabalhadores de colarinho branco formam uma pirâmide social localizada entre o topo e o fundo da pirâmide social estratificada com base na renda. Isso significa que, se a renda fosse considerada o único fator de agrupamento da nova classe média, esta não formaria um extrato contínuo, mas, uma pirâmide social.

Esta breve exposição das ideias de Mills permite perceber, primeiramente, que o termo “classe média” possui sentidos distintos em sua obra. A antiga classe média era formada por pequenos proprietários e empreendedores rurais. Isso significa que a noção de classe média, neste caso, está associada ao tamanho e tipo de propriedade, o qual é um fator fundamental para a sua determinação.

Já a nova classe média inclui os chamados trabalhadores white-collar, o que demonstra que a noção de classe média, nesse caso, não está mais associada a um tipo de propriedade, mas, a um tipo de serviço realizado. Assim, a noção de classe média abarca sentidos distintos na obra de Mills. Mais do que isso, ela parece englobar “situações de classe” distintas, num sentido weberiano. Como Weber estipulou que cada situação de classe está associada a um tipo de propriedade e/ou de serviços respectivamente, então, a noção de classe média utilizada por Mills parece pendular entre “situações de classe” distintas, isto é, abarcar mais de uma classe em seu significado.

Esta ambiguidade de sentidos do termo parece, em segundo lugar, demonstrar que o sentido de classe média é construído sócio historicamente e, portanto, ele se modifica com o passar do tempo e da sociedade. Se, ao longo do século XIX, o termo expressava uma determinada situação de classe específica, no século XX expressa outra completamente diferente. Além disso, os significados do termo parecem ser específicos da realidade norte-americana. Os pequenos proprietários rurais fazem parte de uma configuração social específica dos Estados Unidos durante o século XIX, assim como o domínio dos trabalhadores white-collar parece ser específico de um país cujo sistema capitalista é bastante desenvolvido.

Por fim, é possível notar que as delimitações dos termos “antiga” e “nova classe média” apontadas por Mills produzem imagens aproximadas do que se poderia entender por essas categorias. Essas imagens parecem ser um pouco imprecisas, deixando algumas

lacunas teóricas. Por exemplo, é possível inserir os pequenos proprietários urbanos na antiga classe média? Além disso, como compreender os pequenos proprietários rurais que ainda restaram no século XX? Seriam classificados como antiga ou nova classe média? Haveria, então, diferentes tipos de classe média concomitantemente? Estas imprecisões talvez derivem do fato de que Mills está mais interessado em averiguar as transformações histórico-sociais dos Estados Unidos do que mensurar as classes médias.

1.5. Considerações finais

A partir disso, é possível fazer algumas comparações finais entre noções de classe média de Mills e de Wright. É necessário destacar que a noção de Wright parece ser mais precisa do que a de Mills. Mas isso está relacionado ao fato de que os objetivos de suas pesquisas são diferentes. Enquanto Mills está preocupado em perceber as configurações sociais de um ponto de vista histórico e processual, Wright está preocupado em desenvolver um conceito científico e teórico para o termo classe média a fim de possibilitar a sua mensuração com base no modelo antagônico de Marx. Por outro lado, a proposta de Mills, diferentemente de Wright, dá margem a uma configuração do termo atrelada às especificidades sócio-históricas de cada sociedade. O modelo de Wright, por estabelecer uma definição teórica muito específica, não deixa espaço para as realidades sócio-históricas locais de cada população.

Mesmo com essas diferenças, é possível notar que os modelos de classe média dos dois autores têm aproximações teóricas. Ambos adotam as relações de propriedade, as relações de autoridade, as diferenciações de qualificação e, sobretudo, os tipos de ocupação como fatores diferenciadores das classes sociais. Os novos trabalhadores de colarinho branco estão, portanto, muito próximos da classe média definida por Wright. Sua proposta de associar as relações de dominação com as de exploração no âmbito do trabalho e utilizar esses fatores na delimitação das classes sociais, permite aproximar, não só os modelos de classe média, mas também de estruturação de classes da tradição marxista e weberiana.

Por fim, é importante lembrar que as duas propostas se diferenciam da noção de classe média frequentemente utilizada pelos economistas. É comum que as pesquisas econômicas delimitem a classe média com base, exclusivamente, na renda. No entanto,

as propostas sociológicas dentro da tradição weberiana e da marxista, prezam pela utilização de outros fatores sociológicos como, a ocupação para a delimitação das classes sociais. Ainda que a renda seja importante, como defende Mills, para determinação da nova classe média, ela não pode ser o único fator determinante de uma classe social.

2. EMBATES TEÓRICOS E IDEOLÓGICOS EM TORNO DA NOVA CLASSE MÉDIA

2.1. Introdução

A tese da Nova Classe Média (NCM) apareceu, desde o início, como um assunto de domínio público no Brasil. Em 2008, logo que as pesquisas da Fundação Getúlio Vargas e do IPEA acerca das desigualdades no Brasil foram concluídas, a mídia passou a divulgar seus resultados: não só a pobreza no Brasil tinha diminuído, como haveria também uma Nova Classe Média no Brasil¹⁰.

A ideia da Classe C, que se desenvolveu a partir das pesquisas da Fundação Getúlio Vargas então coordenadas pelo economista Marcelo Neri, não era compartilhada pelas pesquisas do IPEA. Esta última, coordenada por Marcio Pochmann, apenas indicava a diminuição da pobreza no Brasil¹¹. No entanto, gradativamente a mídia acabou endossando a tese da Nova Classe Média¹². Foram comuns reportagens que utilizavam e divulgavam o termo. No entanto, assim como a tese se tornou pública, o mesmo aconteceu em relação às suas críticas. Muitos foram os intelectuais e pessoas públicas que discordavam da tese e divulgavam, por meio de artigos e livros suas opiniões¹³. Estava formado, então, um verdadeiro debate público no Brasil.

Em 2011, o debate galgou mais um degrau. A NCM deixava de ser um assunto polêmico para se tornar uma política pública. No governo Dilma Rousseff, a Classe C foi incorporada como assunto estratégico de seu governo¹⁴. Foram realizados diversos estudos sobre a população inserida nessa nova camada social e cartilhas para promover

¹⁰ Ver as seguintes reportagens do Jornal O Globo e da Folha de São Paulo, disponíveis respectivamente em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI10074-15204,00-A+NOVA+CLASSE+MEDIA+DO+BRASIL.html> e <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1308200802.htm>

¹¹ Ver IPEA, disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=65&catid=4&Itemid=2

¹² Ver as seguintes reportagens: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2010/04/nova-classe-media-brasileira-esta-cheia-de-vontade-de-comprar.html> e <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/negocios-que-ajudam-a-reduzir-diferencas-sociais-ganham-atencao-de-investidores>

¹³ Ver LUFT, L., disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/propostas-novo-pacote-beneficiam-classe-media>

¹⁴ Ver FRANCO M., DE BARROS R. P. em Valor Econômico sobre a política da Nova Classe Média, disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniaio/2742450/o-que-define-classe-media>

as políticas para esse setor¹⁵. Nesse momento, a discussão pública sobre a NCM ganhou fôlego novamente.

Em 2013, os movimentos sociais que emergiram em junho no Brasil pareciam também assoprar a brasa incandescente da NCM. Quem eram esses manifestantes? Seriam eles compostos pela Nova Classe Média? Seria este, então, um grupo homogêneo? As discussões em torno da polêmica parecem não ter saído da pauta dos debates públicos do Brasil.

Mas quais as questões teóricas que estavam em discussão dentro da literatura da Nova Classe Média? Seria esta discussão meramente acadêmica ou estariam subjacentes a ela divergências político-ideológicas? Essas são as questões que este capítulo busca responder. Ele procura, nesse sentido, discorrer sobre as principais questões teóricas em disputa dentro da literatura. E, a partir disso, evidenciar, com base nas ideias de Karl Mannheim, as influências político-ideológicas subjacentes ao debate.

2.2. A tese da Nova Classe Média e os debates intelectuais

A tese da NCM foi construída a partir das pesquisas acerca da distribuição de renda e das desigualdades no Brasil desenvolvidas pela Fundação Getúlio Vargas, coordenadas, até então, pelo economista Marcelo Neri. Por meio de análises das mudanças na renda e no consumo dos brasileiros ao longo dos anos 2000, Neri (2008, 2011) constatou um aumento significativo da renda e do potencial de consumo das famílias brasileiras que eram consideradas pobres.

Com base em pesquisas econômicas de outros países¹⁶, Neri propôs uma estratificação social para o Brasil que tinha como elemento central a renda. Ele calculou a renda domiciliar per capita do trabalho e depois a expressou em termos equivalente de renda domiciliar total de todas as fontes do domicílio. Assim, baseado no “Critério Brasil”, construiu um modelo fundamentado no potencial de consumo das famílias e que a divide a população em 5 classes econômicas distintas: a classe E (de 0 a R\$ 768,00), a classe D (acima de R\$768,00 a 1064,00), classe C (acima de R\$1064 e 4561) e as classes

¹⁵ Ver Secretaria de Assuntos Estratégicos, disponível em: http://www.sae.gov.br/site/?page_id=19870 e http://www.sae.gov.br/site/?page_id=10700.

¹⁶ Ver sobre isso, os trabalhos de THUROW, 1987; RAVALLION, 2010.

AB (acima de R\$4561,00), atribuindo, então, à classe C o nome de nova classe média brasileira.

A classe E é formada pelos mais pobres e/ou miseráveis da população brasileira. Para sua delimitação, Neri utilizou a noção de linha de pobreza. Acima dessa classe, todas as outras são calculadas com base em medianas. A classe C é calculada pela renda média da população. Ela é a classe média em termos estatístico. É, portanto, chamada de “nova classe média”.

Segundo Neri, a classe C era formada por famílias que antes dos anos 2000 se encontravam na linha da pobreza e que, com o crescimento real de renda e do potencial de consumo nos anos seguintes, teriam ingressado no novo patamar da classe C. Ela, conjuntamente com as classes AB teriam crescido, ao contrário das classes DE que teriam diminuído. Segundo o economista, a classe C teria ascendido 22%. Nesse sentido, a pertinência do conceito da NCM se baseava numa pressuposta mobilidade social que perpassava o país. Isso se tornou polêmico entre os intelectuais. Até que ponto somente o aumento de renda e de consumo de famílias mais pobres levaria a uma mobilidade de classe? Houve, dessa forma, enorme disputa em torno da pertinência e legitimidade dessa nova categoria para explicar as mudanças econômicas e sociais que ocorriam no país.

Os cientistas políticos Amaury de Souza e Bolívar Lamounier (2010) endossam a ideia da NCM no Brasil. Assim como Neri, eles pressupõem que o aumento da renda e do consumo são fatores legítimos para a configuração da nova classe média no Brasil. Por outro lado, diferentemente de Neri, para eles, há outros fatores que devem ser levados em consideração para a diferenciação de classes. A partir de uma perspectiva weberiana, eles demonstram, haver diferenças de prestígio e de valores entre as classes. Para os autores, o poder de influência do círculo social no qual determinado grupo de pessoas estaria inserido seria um capital social.

Nesse sentido, as classes A e B possuiriam, por exemplo, uma capital social superior às classes C, D e E, visto que a influência do círculo de amigos e da família nos quais as pessoas destas classes estariam inseridas seria superior à daquelas das famílias C, D e E. Além disso, haveria também uma diferenciação de valores entre as diferentes camadas sociais. Ser de classe média significaria, por exemplo, a incorporação de valores como uma lógica de trabalho árduo e de luta pelo sucesso, algo distinto em relação às classes sociais mais baixas. Deste modo, a perspectiva weberiana adotada pelos autores os distancia da perspectiva de Neri. Sua conceituação de classe está baseada em fatores como o prestígio e a normatividade e não apenas na renda e no consumo.

Outro ponto que também distancia os cientistas políticos da perspectiva de Neri é o fato de questionarem a sustentabilidade da NCM. Os autores explicam que o aumento da renda e do consumo da classe C se faz frequentemente à custa de endividamento a longo prazo. Assim, dado o aumento do endividamento, o crescimento da renda e do consumo não seriam suficientes para a sustentação do seu novo status econômico. Além disso, esse novo padrão de vida não seria auto-sustentado. Qualquer crise econômica internacional poderia abalar a renda e o potencial de consumo deste grupo e, portanto, seu novo estilo de vida (como seria o caso da crise econômica internacional de 2008).

Dessa forma, ainda que os autores endossem a tese da NCM, eles discordam da sustentabilidade da condição nova de vida destas pessoas. Enquanto Neri (2011) defende que a crise econômica internacional que se iniciou em 2008 não afetou o Brasil, e que, portanto, a condição da NCM se sustentaria nova classe social, com, uma vez que sugerem haver fragilidade nessa condição de vida é possível verificar que, ainda que os autores tenham consenso com Neri em relação à mobilidade social que teria ocorrido no país e, por consequência, com o surgimento da NCM, eles sugerem que há uma fragilidade nessas mudanças econômicas e na própria existência da classe C.

O sociólogo Jessé Souza (2010) e economista Márcio Pochmann (2012, 2014) divergem radicalmente dessa forma de classificação social. Eles discordam dos referenciais que baseiam esta forma de classificação das classes. Para eles, os elementos (renda e consumo) que foram utilizados para desenvolver a categoria da NCM são extremamente simples para sustentar exclusivamente uma categorização social. Nesse sentido, defender o surgimento de uma nova classe média seria uma forma de empobrecer a complexidade da realidade social.

Para Souza pensar que esses novos trabalhadores integrariam, na realidade, uma nova classe média seria uma forma de eufemizar a dominação capitalista que se impõe sob eles e de silenciar o sofrimento destas pessoas. Além disso, o autor entende que a classificação social que utiliza a nova classe média como categoria estruturante tem por trás um modelo liberal, no qual a sociedade é compreendida como um conjunto de indivíduos soltos e descontextualizados e, portanto, sem vínculos de pertencimento social. Desta forma, ele conclui que a classificação social, com base somente na renda, como proposta por Neri, produziria uma compreensão distorcida da realidade e simplesmente fortaleceria a dominação capitalista.

Os dois autores partem, portanto, de uma análise macroestrutural para compreender a sociedade. Para eles, a divisão de classes no Brasil deve ser entendida a

partir da configuração do sistema capitalista. Em função disso, esses fatos macroestruturais são centrais na análise dos dois autores. Nesse sentido, as mudanças macroestruturais do sistema capitalista são os fatores fundamentais analisados pelos autores para compreender a estruturação de classes no Brasil. Assim, não haveria espaço para a NCM, na medida em que o que, de fato, está configurado no Brasil é a polarização entre os trabalhadores e a elite perpetrada pelo sistema capitalista. Ou seja, o aumento de renda e de consumo não seriam suficientes para configurar uma nova classe social no Brasil. Esses dois fatores sozinhos não seriam suficientes para promover a mobilidade social. Nesse sentido, para os dois autores, a nova classe média não existiria enquanto tal, mas, ao contrário, continuaria a existir uma classe trabalhadora.

Para Souza, mais do que os elementos renda e potencial de consumo, a definição de uma classe deveria levar em consideração outros fatores sociológicos. Com base na teoria bourdieusiana, Souza defende uma classificação social que leve em consideração fatores como o capital cultural e social para se considerar uma classe social. Nesse sentido, para o autor, a classe trabalhadora não possuiria as ferramentas fundamentais para a reprodução do status social de classe média: o capital cultural e social comumente atribuído à classe média brasileira.

Um capital social atribuído à classe média tradicional, segundo o autor, seria sua cor da pele predominantemente branca. A tradicional classe média brasileira teria, nesta característica, um capital social maior que a dos novos trabalhadores, em grande parte, formados por pessoas pardas e negras. Isto facilitaria a reprodução social da classe média tradicional no seu patamar de destaque, visto que o peso do racismo recairia sobre os novos trabalhadores com uma força muito maior, fechando-lhes portas na disputa por melhores cargos e posições sociais. Ou seja, na corrida pela ascensão social, a tradicional classe média teria muito mais vantagens que os novos trabalhadores, já que possuiria um capital social a seu favor, o que permitiria muito mais facilmente sua sustentação numa posição social de destaque.

Outro capital social atribuído à tradicional classe média seria o “privilégio da escolha”. A classe média tradicional teria o privilégio de escolher tanto o tempo que se dedicaria aos estudos, como o tipo de trabalho que realizaria no futuro. Assim como poderia optar em se dedicar aos estudos como atividade principal e às vezes única, seria possível, para esta camada, a escolha da carreira profissional. Já a classe trabalhadora não contaria com esse privilégio, ou seja, com esse capital social, uma vez que, desde cedo, aprenderia a incorporar a “ética do trabalho”, no qual predominaria a lógica do trabalho

disciplinado e árduo. A necessidade de sustentação, entendida como um imperativo social nesta camada, promoveria rapidamente a incorporação de uma prática e de uma lógica de trabalho “duro” na vida destas pessoas. Logo, se esta camada social não teria a sua disposição “o privilégio da escolha”, capital social típico da tradicional classe média, por outro lado, ela contaria com outro tipo de capital social, a lógica de trabalho árduo e disciplinado. Cabe destacar que esta lógica seria o fator de diferenciação entre esta nova classe trabalhadora e a camada social localizada logo abaixo desta, formada principalmente pelos miseráveis da população brasileira, apelidada pelo autor de “ralé” brasileira.

Já Pochmann parece desenvolver suas ideias com base na teoria marxista. Para ele, a classificação social brasileira deve levar em consideração o papel ocupado no sistema produtivo do país. Nesse sentido, o trabalho exercido por determinado grupo de pessoas, juntamente com suas características e as relações sociais que pressupõe, deve ser um referencial fundamental para a classificação social. Então, na realidade, o aumento da renda e do consumo não teria promovido a mobilidade social no país, mas, ao contrário, fortalecido as classes populares assentadas no trabalho.

Diferentemente de Souza, Pochmann acredita que a estruturação social brasileira está passando por transformações e que isso exige interpretações mais profundas e abrangentes. Através de análise quantitativa, ele verifica que houve uma alteração importante na relação entre rendas de trabalho e rendas de propriedade no país. A renda do trabalho, sobretudo dos que se encontram na base da pirâmide social, assim como as rendas de propriedade, os que se encontram no topo da pirâmide, teriam conquistado proporcionalmente maior participação na renda nacional. Desta forma, mesmo com o crescimento dos dois polos opostos da pirâmide, essas mudanças teriam permitido a redução da pobreza, ou seja, da desigualdade no país. Entretanto, assim como Souza, Pochmann não concorda que os grupos em ascensão social possam ser inseridos na categoria da nova classe média.

Essa sucinta exposição de autores que se debruçaram sobre o tema da NCM demonstra que o debate girou em torno basicamente da definição dessa classe social. Discutiu-se muito sobre a possibilidade da existência da classe C e quais os melhores parâmetros para sua definição, mas as transformações econômicas e sociais que poderiam ter dado origem à NCM foram, por exemplo, pouco exploradas. Por que os autores se detiveram sobre esta polêmica? Pouco se refletiu sobre o que mobilizava os intelectuais a ser a favor ou contra a nova classe média no Brasil. Por que o debate ganhara tal

dimensão pública? Haveria algum condicionamento ideológico subjacente ao debate? Que tipo de ideologias estariam em jogo nessa discussão? Para responder essas questões é preciso verificar os tipos de tendências ideológicas que estariam latentes aos debates.

2.3. A contribuição teórico-metodológica de Karl Mannheim: a Sociologia do Conhecimento e as influências ideológicas no trabalho científico

Karl Mannheim desenvolveu e apresentou a Sociologia do Conhecimento como um dos ramos da Sociologia. Em seu livro *Ideology and Utopia* (1979), Mannheim defende que todo conhecimento é socialmente determinado e que a missão da Sociologia do Conhecimento consiste em estabelecer relações entre o conhecimento e a existência.

Ao contrário dos que pensam que as ideias e conhecimentos possuem vida e funcionamento próprios, separados da realidade empírica, Mannheim acredita que não existe divisão entre a dimensão espiritual e a realidade concreta. Em sua perspectiva, a realidade histórica e social influencia na produção dos pensamentos e conhecimentos. Essa influência sócio-histórica, a princípio, poderia levar a um relativismo do conhecimento. Se os conhecimentos são entendidos como resultantes de perspectivas histórico-sociais diversas, então seria difícil acreditar em sua validade universal. No entanto, Mannheim não acredita que isso leve a um relativismo absoluto, mas apenas a um “relacionismo”.

Segundo Mannheim, os conhecimentos são relacionais. Possuem relações com a realidade empírica daqueles que o produzem, assim como, com outros conhecimentos produzidos. Isto significa que o posicionamento social daquele que observa a realidade para produzir conhecimento é fundamental na produção deste. O condicionamento social pode ser então uma oportunidade para produzir determinado conhecimento, mas também um fator limitador. É impossível que o observador ou o pensador tenha uma visão completa de um problema. Existe uma limitação na visão daquele que produz o conhecimento, forjada por sua condição social. No entanto, determinado ponto de vista parece ser corrigido pela confrontação com um ponto de vista oposto.

Nesse sentido, negar a influência dos determinantes sociais sobre a produção do conhecimento, não seria a forma de solucionar o relativismo do conhecimento, ao contrário, somente o reconhecimento dos fatores condicionantes da produção do

pensamento podem superá-lo. Nesse sentido, a Sociologia do Conhecimento teria a tarefa de dissolver o problema dos condicionantes sociais, reconhecendo essas relações e trazendo sua existência para o horizonte da ciência, bem como utilizando-as nas conclusões de pesquisa.

Isso não invalidaria a comprovação empírica dos fatos. Mannheim não deslegitima a contribuição dos dados para a comprovação das hipóteses no processo produtivo do conhecimento. Ele julga ser necessário a comprovação por meio dos dados empíricos, para que o conhecimento ganhe um caráter científico, apenas acredita que a clara e explícita confissão dos pressupostos implícitos no trabalho científico, e que servem como uma das bases para o conhecimento empírico, contribui para esclarecer a investigação empírica e fazê-la evoluir.

Uma das questões a ser enfrentada pela Sociologia do Conhecimento é a Teoria da Ideologia. O estudo das ideologias tem procurado desmascarar as distorções e interesses das ideologias subjacentes à produção do conhecimento. No entanto, a Sociologia do Conhecimento não está interessada nas distorções provocadas pelas ideologias sobre o conhecimento. Ela está interessada em examiná-los em um nível mais estrutural.

Isso se explica pelos sentidos da noção de ideologia utilizados na Teoria de Ideologia e na Sociologia do Conhecimento. Segundo Mannheim, ainda que a noção de ideologia esteja fortemente associada ao marxismo, sua noção é anterior e mais ampla do que proposta do marxismo¹⁷. Através de uma análise sócio-histórica ele aponta dois sentidos do termo: um particular e outro total.

O sentido particular estaria associado à posição cética em relação aos pensamentos ideológicos expressos por um adversário. As afirmações ideológicas são entendidas aqui como algo falsificado, que oculta ou mente em função dos interesses subjacentes daqueles que os pronunciam. Essas assertivas ideológicas seriam entendidas como algo que deforma a veracidade do conhecimento. Ela pode ser intencional, não intencional, consciente, semi-consciente ou inconsciente para aquele que a expressa. Isso significa

¹⁷ Dentro do marxismo, não existe o consenso acerca do sentido de ideologia. Desde a obra de Marx (1996, 1998, 2011), existe um imenso debate acerca do significado do termo. A intenção aqui não é desenvolver esta discussão, somente destacar que ela existe. Um autor marxista que define um sentido de ideologia, próximo de Mannheim, é Löwy (2009). Inspirado nas obras marxistas, o autor define-a, não como ideia isolada ou conteúdo doutrinário, mas, antes de tudo, como uma «‘forma de pensar’, uma certa problemática, um certo horizonte intelectual (‘limites da razão’)» (Löwy, 2009 : 114-115). Segundo Löwy, as ideologias são visões sociais de mundo que frequentemente estão vinculadas às classes sociais.

que o nível de análise deste sentido particular da noção de ideologia passa por uma dimensão mais psicologizante. Estaria também atrelado a este sentido a noção de “falsa consciência”. Esse sentido é geralmente utilizado pela Teoria da Ideologia.

Já o sentido total de ideologia está mais associado à maneira de pensar de determinadas correntes de pensamento e de diferentes grupos histórico-sociais. É um conceito mais amplo de ideologia que se refere às formas de pensar de uma época, de uma corrente de pensamento ou de um grupo social, como, por exemplo, uma classe. Este sentido atua num nível noológico das ideias e do conhecimento e é a partir do qual a Sociologia do Conhecimento trabalha. Como Mannheim explica:

A sociologia do conhecimento, por outro lado, toma como seu problema justamente essa estrutura mental em sua totalidade, tal como aparece em diferentes correntes de pensamento e em grupos histórico-sociais. A sociologia do conhecimento não critica o pensamento ao nível das próprias afirmações, que podem envolver enganos e disfarces, mas examina-os ao nível estrutural ou noológico, o qual considera não necessariamente ser o mesmo para todos os homens, mas sim que permite o mesmo objeto assumir diferentes formas e aspectos no curso do desenvolvimento social. Visto que a suspeita de falsificação não está incluída na concepção total de ideologia, o uso do termo "ideologia" na sociologia do conhecimento não tem intenção moral ou denunciatória. Em vez disso, aponta para um interesse de pesquisa que leva ao aparecimento da questão de quando e onde as estruturas sociais passam a se expressar na estrutura de afirmações, e em que sentido as primeiras determinam concretamente as últimas (MANNHEIM, 1979, p.238-239, tradução nossa)¹⁸.

Ainda que os dois sentidos atribuídos à noção de ideologia compartilhem da ideia de que não confiam no valor aparente de determinada premissa e que seja preciso interpretar a ideia à luz da situação daquele que a pronuncia, o sentido totalizante de ideologia pressupõe que exista uma diversidade e divergência de pensamentos e experiências e, portanto, exista uma validade múltipla dos diferentes sistemas de pensamento. Isto se opõe ao sentido particular de ideologia, já que este pressupõe a invalidade da ideia do oponente.

Logo, a Sociologia do Conhecimento tem como ponto de partida uma análise do num nível noológico e não num nível psicologizante. Ela se esforça para entender as

¹⁸ O texto em língua estrangeira é: “The sociology of knowledge, on the other hand, takes as its problem precisely this mental structure in its totality, as it appears in different currents of thought and historical-social groups. The sociology of knowledge does not criticize thought on the level of the assertions themselves, which may involve deceptions and disguises, but examines them on the structural or noological level, which it views as not necessarily being the same for all men, but rather as allowing the same object to take on different forms and aspects in the course of social development. Since suspicion of falsification is not included in the total conception of ideology, the use of the term " ideology " in the sociology of knowledge has no moral or denunciatory intent. It points rather to a research interest which leads to the raising of the question when and where social structures come to express themselves in the structure of assertions, and in what sense the former concretely determine the latter”(MANNHEIM, 1979, p.238-239).

ideologias como estruturas condicionadas socialmente e que condicionam sistemas de conhecimento distintos, legítimos e relacionais. Assim, compreender as ideologias que mobilizam determinadas teorias, em relação umas às outras, ou seja, a partir de um ponto de vista relacional, é o primeiro passo para possuir uma visão da totalidade da produção do conhecimento. Totalidade que, segundo Mannheim, não é uma visão imediata e eternamente válida da realidade, nem uma visão estável, mas um processo contínuo de expansão do conhecimento, ou seja, é um esforço para a expansão do horizonte visível.

2.4. Nova classe média brasileira? As divergências político-ideológicas do debate intelectual

A análise de uma amostra da literatura que discute o surgimento da classe C permite constatar o dissenso em relação à legitimidade concedida a esta classe entre diversos intelectuais brasileiros. Alguns autores acreditam que a NCM é legítima, porque o aumento da renda e do consumo de setores populares significou sua mobilidade social (NERI, 2008a, 2008b, 2011; MEIRELLES & ATHAYDE, 2014; SOUZA & LAMOUNIER, 2010). Para outros, esta nova classificação social não é legítima, uma vez que a configuração de determinada classe social e da mobilidade social devem ser analisados sob a luz de outros fatores sociológicos (POCHMANN, 2012, 2014; CHAUI, 2013; SOUZA, 2010; COSTA, 2013; KERSTENETZKY & UCHÔA, 2013; QUADROS et al., 2013). Para estes, a realidade social seria muito mais complexa, para ser interpretada e classificada apenas com base na renda e no consumo. Este é o ponto inicial de divergência entre os autores.

Entretanto, é possível verificar a existência de outros pontos de divergência. Um deles é a forma como esses autores explicam as mudanças econômico-sociais que ocorreram recentemente no Brasil¹⁹. Há, grosso modo, duas tendências na forma de explicar essas mudanças²⁰. A primeira tendência enfatiza o mercado e/ou a economia.

¹⁹ Entende-se por mudanças econômico-sociais recentes no Brasil as transformações mais significativas que, segundo a opinião de cada autor, ocorreram, em termos econômicos e sociais, nas camadas populares brasileiras ao longo dos últimos 10 anos. Essas transformações, podem se referir, então, ao aumento da renda e do consumo dos setores mais pobres da população e/ou às mudanças na configuração da classe trabalhadora brasileira.

²⁰ Evidentemente há diferenças no tipo de argumentação dos autores, entretanto, o que se pretende ressaltar são as características comuns, as tendências gerais.

Eles seriam a força motora das transformações que ocorreram nas camadas populares brasileiras nos últimos dez anos (SOUZA & LAMOUNIER, 2010; SOUZA, 2010.²¹). Esses elementos possuem, portanto, maior peso neste tipo argumentativo. Nesse sentido, é a partir das transformações e/ou continuidades no comércio internacional que a configuração econômico-social no Brasil se estabelece. Mesmo que as políticas nacionais sejam entendidas como fator que, em última instância, desencadeie as mudanças internas do país, elas só são possíveis a partir do condicionamento externo dado pelo mercado e/ou economia internacional. É uma visão macro estrutural que entende as mudanças ocorridas no Brasil como reflexo das modificações ocorridas internacionalmente no sistema mercantil capitalista. O país é, portanto, entendido como uma nação, dentre outras, inserida nessa macro estrutura financeira do capital. Neste sentido, o papel do Estado fica reduzido ou, no mínimo, não aparece com força na argumentação dos autores. O Estado praticamente não possui papel ativo para modificar a configuração de classes do país.

Vale ressaltar que essa tendência explicativa perpassa a argumentação tanto de autores que aparentemente são favoráveis (SOUZA & LAMOUNIER, 2010) à NCM quanto daqueles contrários a ela (SOUZA, 2010). Ou seja, ela é comum a autores que são a favor, como, para outros que são contrários à NCM. Nesta tendência, as mudanças econômicas e sociais que ocorreram no Brasil são compreendidas como reflexo das transformações econômicas do sistema capitalista. Ou seja, a possibilidade ou não da existência da NCM, se daria em função das mudanças que ocorreram recentemente no sistema capitalista.

Um fator apontado como promotor dessas mudanças no país seria a formação de cadeias globais de produção. As empresas transnacionais, com a produção crescente de bens e serviços em cadeia global, teriam induzido à diminuição de preços de produtos industrializados e destes serviços no Brasil, levando ao barateamento dos produtos industrializados como geladeiras, televisores, celulares produzidos por essas multinacionais e, por consequência, à intensificação do consumo das camadas populares. Essas cadeias globais de produção teriam promovido, portanto, uma sociedade *low cost*,

²¹É possível inserir também Pochmann, M. e Chauí, M. a esta tendência, já que atribuem um peso explicativo ao sistema capitalista significativo para explicar as transformações no Brasil. Entretanto, não é possível inseri-los de forma exclusiva a esta tendência, visto que, numa comparação entre as duas tendências, estes autores possuem características mais fortes da segunda tendência. Portanto, foram inseridos na próxima tendência.

da qual o Brasil não estaria à margem e, sobre a qual, se construiria o pilar do aumento do consumo popular. (POCHMANN, 2014)

Um segundo elemento destacado, nesta tendência, seria o recente crescimento econômico dos países emergentes. A prosperidade da economia mundial das décadas de 1990 e 2000, antecessora da crise econômica internacional de 2008-2009, seria um fator fundamental para se compreender o crescimento econômico dos países emergentes e o aumento do poder de compra dos setores mais pobres de sua população. O Brasil, inserido nessa conjuntura, teria, se modificado internamente, em função das mudanças econômicas internacionais que teriam privilegiado, circunstancialmente, os países emergentes e, dessa forma, a crescente *medianização* dessas populações. (SOUZA & LAMOUNIER, 2010)

Por último, outro fator destacado como o epicentro das ondas de mudanças no país seriam as transformações na configuração do capitalismo fordista para o toyotista, compreendidas também como mudanças do “capitalismo duro” para o “capitalismo flexível”. (SOUZA, 2010). Cabe destacar, entretanto, que as transformações às quais Souza se refere, não são aqui o aumento da renda e do consumo dos setores populares, mas, as transformações na configuração da classe trabalhadora. A crescente incorporação da lógica capitalista pelos trabalhadores, típica do capitalismo flexível, teria engendrado, no Brasil, assim como em outros lugares do mundo, transformações na lógica de controle sobre os trabalhadores. O controle sobre estes se daria, hoje, em grande parte, sob um regime mais flexível e com ausência de conflitos.

Essas mudanças do sistema capitalista indicariam, na realidade, suas continuidades. Seriam transformações superficiais da macroestrutura do capital que expressariam a permanência da essência exploratória do sistema capitalista. Deste ponto de vista, não haveria espaço para pensar o aumento de renda e do consumo dos setores populares que acontece no Brasil como uma mudança econômico-social significativa. O que existiria, de fato, seria uma classe que permaneceria na condição de trabalhadora, entretanto, sob “novas roupagens” e, por isso, poderia ser entendida como nova classe batalhadora. (SOUZA, 2010)

A segunda tendência vai numa outra direção para explicar as transformações econômicas e sociais recentes no Brasil, enfatizando, não o mercado, mas o Estado como responsável por essas mudanças (CHAUÍ, 2013; COSTA, 2013; KERSTENETZKY & UCHÔA, 2013; MEIRELLES & ATHAYDE, 2014; NERI, 2008a, 2008b, 2011; POCHMANN, 2012, 2014; QUADROS et al. 2013). Nela, o Estado possui um lugar de

destaque na argumentação dos autores. É atribuído a ele um papel central na coordenação das políticas públicas. Ele é um agente fundamental na coordenação e planejamento da economia. Ainda que o mercado apareça como fator importante na argumentação, ele tende a aparecer histórica e geograficamente contextualizado e a estar situado sob os comandos da dimensão política. Nesse sentido, o mercado seria, em grande parte, conduzido pelo e no Estado. Existe, então, uma valorização do papel do Estado brasileiro frente às ordens do mercado, ou seja, o Estado é um agente, relativamente empoderado, capaz de agir, modificar e influenciar a economia. Há, portanto, um entendimento do Estado como protagonista histórico capaz de modificar e administrar a economia do país e sua sociedade.

Por conseguinte, as mudanças econômicas e sociais da população que ocorreram na sociedade brasileira nestes últimos dez anos seriam, em grande parte, produtos das políticas do Estado. Não seria o mercado a força motora fundamental que levaria às mudanças sociais no país, mas ao contrário, as escolhas e modificações políticas, via Estado. É a partir dele que se desenvolvem as políticas econômicas e sociais que serviram de base para explicar as transformações econômicas e sociais dos setores populares no país. Portanto, a configuração das classes no país poderia ser entendida, pelo menos em parte, como resultado das políticas estatais. Assim, é facultado ao Estado brasileiro certo poder de administração sobre a configuração de classes no Brasil.

É importante lembrar que, nessa segunda lógica argumentativa, na qual há uma valorização do papel do Estado sobre o mercado, há autores que aceitam a classificação da NCM (MEIRELLES & ATHAYDE, 2014; NERI, 2008a, 2008b, 2011), como aqueles que discordam dela (CHAUÍ, 2013; COSTA, 2013; KERSTENETZKY & UCHÔA, 2013; POCHMANN, 2012, 2014; QUADROS et al, 2013), como ocorre também na primeira tendência. Nesta tendência, destacam-se as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso e as políticas dos governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff como fatores fundamentais para a compreensão das mudanças recentes nos setores populares do país.

Por um lado, a política de estabilização da moeda (Plano Real) do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) teria permitido a redução da inflação, preservando o poder de compra dos salários e a estabilização da economia (COSTA, 2013; MEIRELLES & ATHAYDE, 2014; NERI, 2008a, 2008b, 2011). Estas políticas de FHC seriam elementos importantes para a explicação da ascensão de renda dos mais pobres, já que teriam permitido o planejamento e crescimento econômico a longo prazo,

fundamental para a concessão de crédito aos mais pobres que ocorreu nos últimos dez anos.

Por outro lado, a política dos governos Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff, em substituição à política neoliberal de FHC, teriam associado crescimento econômico à redistribuição de renda no país. O retorno do crescimento econômico, agregado a taxas reduzidas de desemprego, à política de valorização do salário mínimo e às políticas assistencialistas, como o Bolsa Família, teriam permitido o aumento da renda e do poder de compra das camadas mais pobres do país. A base inferior da pirâmide social, em relação aos mais ricos, teria aumentado seu peso de participação na riqueza do país, permitindo, portanto, a diminuição das desigualdades de renda no país. Assim, as políticas seriam fatores fundamentais para explicar o aumento do crédito e do consumo por parte de setores populares (CHAUÍ, 2013; COSTA, 2013; KERSTENETZKY & UCHÔA, 2013; MEIRELLES & ATHAYDE, 2014; NERI, 2008a, 2008b, 2011; POCHMANN, 2012, 2014; QUADROS et al, 2013). Cabe ressaltar que, nesta amostra da literatura a maioria dos autores destaca a importância dessas políticas como força dinâmica central. Há certo consenso em destacar as políticas assistencialistas e redistributivas dos governos Lula e Dilma como fatores explicativos fundamentais para o recente aumento da renda e do consumo dos mais pobres no Brasil.

2.5. Considerações finais

Visto isso, foi possível observar que o debate da acerca da Classe C não esteve restrito meramente ao debate acadêmico. Como foi descrito na introdução deste capítulo, ela passou a ser objeto de políticas públicas dentro do governo do PT e o debate ganhou conotação pública com a divulgação midiática.

Dentro da literatura em si, a análise permitiu verificar que, para além dos debates acadêmicos, parece haver uma divergência político-ideológica entre os autores. A Sociologia do Conhecimento, como defendida por Mannheim, sugere que a produção dos conhecimentos não pode ser compreendida fora dos seus condicionantes sociais e, logo, deve ser entendida a partir das ideologias, ou seja, das estruturas condicionadas socialmente, que as conformam. Desse ponto de vista, os conhecimentos produzidos

devem ser compreendidos como sistemas distintos, legítimos e relacionais e, da mesma forma, os sistemas ideológicos que os configuram.

Não à toa, foi possível destacar, dentro da amostra da literatura da NCM, que os debates se voltaram, em grande medida, para a confirmação ou não da existência da Classe C e os argumentos utilizados estiveram relacionados a como os autores compreendiam as razões das permanências ou das mudanças econômico-sociais para explicá-la, ou seja, de como compreendiam o efeito do papel do Estado e/ ou da economia sobre a realidade social e, logo, das possibilidades ou não do crescimento da classe média no país. Em outros termos, isso significa que as perspectivas político-ideológicas pareciam estar latentes nos debates, conformando as opiniões daqueles que discorriam sobre a Nova Classe Média brasileira.

3. UMA CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DA LITERATURA DA NCM E OS LIMITES TEÓRICOS DO DEBATE

3.1. Introdução

Este trabalho, a partir de agora realiza, sob a luz da Sociologia do Conhecimento e o arcabouço teórico de Mannheim, uma análise ideológica dos posicionamentos teóricos dos autores que se debruçaram sobre as discussões acerca da nova classe média a partir do atributo condicionante que as ideologias estabelecem em todo o processo de produção do conhecimento e, portanto, sem julgamentos de valor. A ideia é propor uma classificação dos autores em correntes ideológicas, como forma de averiguar certos determinantes ideológico-sociais que condicionam o debate.

O objetivo é compreender, por meio da perspectiva de totalidade desenvolvida por Mannheim, as ligações entre as teorias e os modos de pensamento dos autores. Desta forma, espera-se observar os horizontes intelectuais nos quais estão inseridos, não para averiguar o caráter deformante ou falsificado de suas ideias, mas para perceber o caráter relacional de suas teorias, bem como certos limites intelectuais do debate em questão.

3.2. Proposta de classificação teórico-ideológica para a literatura acadêmica acerca da NCM

A partir do que foi exposto no capítulo anterior, é possível dividir os autores da amostra da literatura em quatro grupos ideológicos distintos: a tendência *liberal*; a *crítica*, conforme as polarizações em torno do eixo 1; uma tendência *convicta do papel Estado* e outra *convicta do papel do mercado*, conforme as disparidades em torno do eixo 2. A conjugação, dois a dois, dessas quatro tendências produziria, então, quatro posicionamentos ideológicos distintos dos autores: (1) *Os críticos convictos do progresso via Estado* ou *Reformistas Fortes*; (2) *Os liberais convictos do progresso via Estado* ou

*Reformistas Fracos*²²; (3) *Os liberais convictos da continuidade social via mercado* ou *Liberais Stricto Senso*; (4) *Os críticos convictos da continuidade social via mercado* ou *críticos radicais/céticos*.

Os críticos convictos do progresso via Estado ou *Reformistas Fortes* (CHAUÍ, 2013; COSTA, 2013; KERSTENETZKY & UCHÔA, 2013; POCHMANN, 2012, 2014; QUADROS et al, 2013) imaginam a ordem capitalista a partir dos conflitos e das mazelas sociais produzidos em seu interior. Podem ou não declarar uma crítica aberta ao sistema capitalista. Mesmo quando não declaram abertamente um questionamento ao modo de produção, partem de uma perspectiva crítica em relação à ordem econômica, já que as desigualdades sociais provocadas pelo sistema estão no centro de sua argumentação. Tendem a reivindicar que as mudanças sociais devem ser mais profundas e realizadas pelo Estado e não pelas mudanças no sistema capitalista. Paralelamente ao fato de perceberem que o capitalismo é fundamental na configuração social desigual do Brasil, eles entendem que o Estado brasileiro, é capaz de corrigir determinadas disparidades sociais. Os problemas sociais brasileiros não seriam, portanto, fruto somente da configuração da ordem capitalista, mas das políticas adotadas no país e, nesse sentido, seriam passíveis a mudanças.

Desta forma, estes autores se contrapõem à NCM, já que consideram os aumentos da renda e do consumo das camadas populares mudanças superficiais. Estes apenas significariam inclusão dessa população ao mercado e não, a formação de uma nova classe social. A classificação social dessa população estaria vinculada às desigualdades provocadas pelo sistema capitalista. Entretanto, reconhecem que o aumento da renda e do consumo dos mais pobres no Brasil é um avanço significativo e, nesse sentido, reconhecem a diminuição da desigualdade de renda que se estabeleceu no país, por meio das políticas dos governos Lula e Dilma. Entretanto, tendem a acreditar que elas precisam ser revistas, já que transformariam superficialmente a população. Há, por conseguinte, uma propensão a cobrar uma atuação do Estado mais intensa e numa outra direção.

Os liberais convictos do progresso via Estado ou *Reformistas Fracos* (MEIRELLES & ATHAYDE, 2014; NERI, 2008a, 2008b, 2011) imaginam a ordem capitalista a partir dos benefícios que ela pode trazer, corroborando-a ou até mesmo valorizando-a. O sistema capitalista não é evocado como força central das mazelas

²² Esta denominação está baseada na qualificação atribuída por André Singer para as políticas de inclusão via mercado do Partido dos Trabalhadores de em seu livro *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia. das Letras.

sociais. Ainda que haja problemas sociais, estes podem ser solucionados no seio da ordem vigente e, até mesmo a partir do seu aprofundamento. As reformas sociais podem ser realizadas no final e não na origem do sistema para muda-lo estruturalmente. Nesse sentido, o aumento da renda e do consumo dos mais pobres é entendido como um benefício social e como uma mudança profunda na sociedade. Eles expressariam uma mudança de classes para os mais pobres no Brasil, ou seja, legitimaria a existência da NCM. Há, portanto, neste grupo, a aceitação da NCM como nova classe social no Brasil.

Por outro lado, similarmente *Reformistas Fortes*, valorizam o papel do Estado e/ou da população brasileira no estabelecimento dessas mudanças. Acreditam, dessa forma, que as políticas de estabilização da moeda do governo FHC, mas, sobretudo, as políticas redistributivas dos governos Lula e Dilma foram fundamentais para o aumento dos ganhos e do potencial de consumo dos mais pobres no Brasil. Essas políticas teriam sido fundamentais para a associação entre crescimento econômico e distribuição de renda no país. Por meio dessas políticas, o Brasil teria conseguido superar a crise econômica internacional de 2008. Por fim, reconhecem a diminuição da desigualdade de renda no Brasil, tendendo a atribuir a isto uma revolução social.

Os liberais convictos da continuidade social via mercado ou *Liberals Stricto Senso* (SOUZA & LAMOUNIER, 2010) imaginam, assim como os *Reformistas Fracos*, a ordem econômica a partir dos benefícios produzidos por ela e, portanto, tendem a valorizá-la. Não destacam, assim como os últimos, o sistema capitalista como causador das desigualdades de classe. Entendem o Brasil como reflexo do mercado internacional. Deste ponto de vista, o crescimento econômico, anterior à crise internacional de 2008, teria produzido uma conjuntura favorável de crescimento econômico para os países emergentes. O Brasil não estaria fora disso. Assim, o crescimento econômico brasileiro, da década de 2000, seria consequência da conjuntura internacional. Estes fatos teriam permitido o aumento da renda e do consumo dos mais pobres e teriam permitido a mobilidade social deste segmento. Eles aceitam, nesse sentido, a legitimidade do aumento da renda e do consumo como fatores que induzem, por si só, a ascensão social e a NCM.

Entretanto, diferentemente dos *Reformistas Fracos*, neste grupo, essas mudanças sociais são compreendidas a partir das mudanças no mercado internacional. O crescimento da NCM no Brasil só teria sido possível, graças à crescente *medianização* das populações dos países emergentes no cenário internacional, na qual o Brasil estaria inserido. Não atribuem, desta forma, a motivação das mudanças sociais e econômicas do Brasil a mudanças políticas internas, mas, a conjunturas externas. Além disso, ainda que

corroborem com a legitimidade da NCM e entendam que o aumento da renda e do consumo populares provoque uma transformação estrutural de classes, estes consideram o aumento dos ganhos e das compras dos mais pobres uma mudança frágil²³. Dada a condição de fragilidade do Brasil, enquanto país em desenvolvimento, qualquer movimento ou crise internacional afetaria sua economia e, por consequência, à também frágil NCM. A configuração social no Brasil seria, portanto, reflexo principalmente das dinâmicas de mercado.

Por fim, os *críticos convictos da continuidade social via mercado* ou *críticos radicais/céticos* (SOUZA, 2010), assim como os *Reformistas Fortes*, imaginam a ordem capitalista a partir dos conflitos e das mazelas sociais produzidas em seu interior. A super exploração e as péssimas condições dos trabalhadores são bastante evidenciados nesta perspectiva. Parte-se declaradamente da crítica contundente ao sistema capitalista, o que permite distanciá-los substancialmente dos últimos. Nesse sentido, acredita-se que os aumentos da renda e do consumo dos mais pobres não modificam a configuração de classes no Brasil, já que esta última é, em grande parte, fruto dos conflitos entre capital-trabalho inerentes ao sistema capitalista. Portanto, não concordam que haja uma NCM, mas uma classe trabalhadora, ainda que sob novas configurações.

Aliás, estes entendem que as mudanças econômicas e sociais no Brasil são fruto, em grande parte, das mudanças macroeconômicas do sistema capitalista internacional. Como o aumento dos ganhos e do potencial de consumo dos mais pobres não significariam mudanças sociais significativas para o país, o que deveria ser entendido por transformações econômicas e sociais produzidas recentemente no Brasil deveriam ser os novos arranjos da classe trabalhadora brasileira. A lógica flexível de controle sobre os trabalhadores, característica do capitalismo atual, teria engendrado a incorporação da lógica produtivista nos trabalhadores brasileiros que, em grande parte, não necessitariam mais de patrão para o controle de seu rendimento produtivo. Ela mesma se configuraria como seu novo patrão. Esta lógica produtivista teria sido incorporada pelos trabalhadores e seria transmitida geracionalmente para as futuras camadas de trabalhadores, dando prosseguimento à reprodução social. Estabelecendo-se, portanto, uma nova classe trabalhadora no Brasil, ou, nos termos de Souza, nova classe batalhadora brasileira. Nessa perspectiva, semelhantemente aos *Liberais Stricto Senso*, as mudanças que ocorreram no

²³ O que pode, talvez, ser entendido como uma contradição destes autores.

Brasil seriam consequência, em grande parte, das mudanças do sistema capitalista internacional²⁴.

A partir disso, é possível observar que há, na literatura acadêmica acerca da NCM brasileira, duas divisões teóricas: a primeira que divide os autores entre os que legitimam e os que se opõem à classificação da Nova Classe Média; a segunda que os separa entre a ênfase sobre o mercado ou sobre o Estado para explicar as mudanças econômicas e sociais dos setores populares brasileiros dos últimos anos. A partir desta constatação, se propõe, então, uma classificação dos autores com base nestas duas divisões que os dividem em quatro tendências teóricas distintas: (1) os que deslegitimam a NCM e enfatizam o Estado; (2) os que legitimam a NCM e enfatizam o Estado; (3) os que legitimam a NCM e enfatizam o mercado; (4) os que deslegitimam a NCM e enfatizam o mercado.

Essa tipologia é expressa por dois eixos centrais. O primeiro eixo abarca os debates em torno da *legitimidade da Nova Classe Média*. Este se divide em dois polos: o primeiro que coaduna os autores em torno da legitimidade da NCM e o oposto que reúne os que a deslegitimam. O segundo eixo envolve as duas tendências explicativas em relação às transformações econômicas e sociais das camadas populares nos últimos dez anos no Brasil. Essas tendências de explicação são denominadas *tipos explicativos*. Este eixo está dividido entre o polo superior que enfatiza o Estado e o outro que enfatiza o mercado para explicar essas transformações.

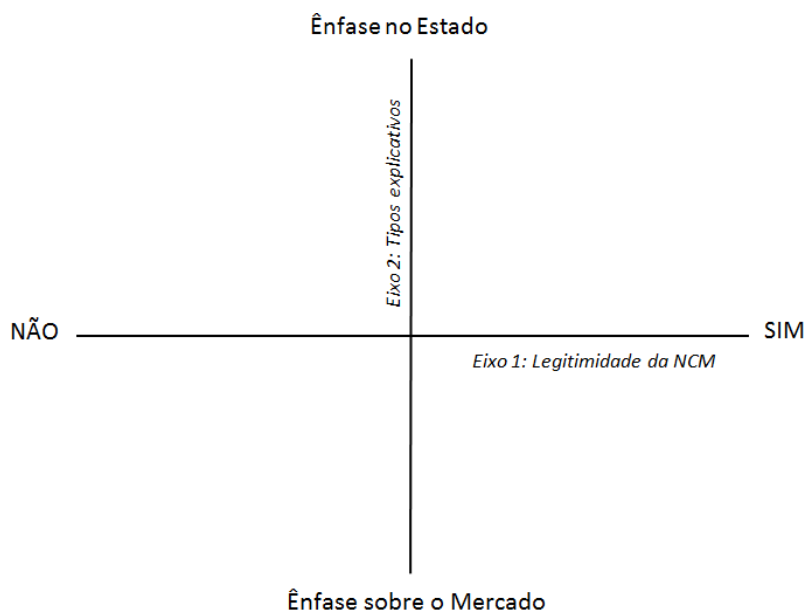
Para a configuração da classificação proposta serão conjugados esses dois eixos centrais que dividem os autores. O eixo da legitimidade da NCM estaria na horizontal. Sua extremidade da esquerda seria *negativa* e a extremidade da direita *positiva*. O segundo eixo seria o tipo explicativo e se encontraria na vertical. Na sua extremidade superior, se encontraria a categoria *ênfase no Estado* e a extremidade inferior, a categoria *ênfase no Mercado*.

Vale lembrar que, à medida que os autores são alocados nesta classificação, algumas diferenças podem ser ofuscadas entre eles, no entanto, outras questões presentes em suas obras são observadas de forma mais clara e, desta forma, tornam-se passíveis à problematização. Cabe, pois, salientar que esta tipologia é apenas uma proposta possível de classificação. Ele não encerra as formas de compreensão dos autores. Outras formas

²⁴ Ou das mudanças ocorridas no sistema capitalista dos países desenvolvidos.

de classificação, de acordo com a proposição de referências podem ser desenvolvidas para a literatura em questão. A configuração está expressa na figura 2, abaixo:

Figura 2 – Esquema proposto de classificação político-ideológica



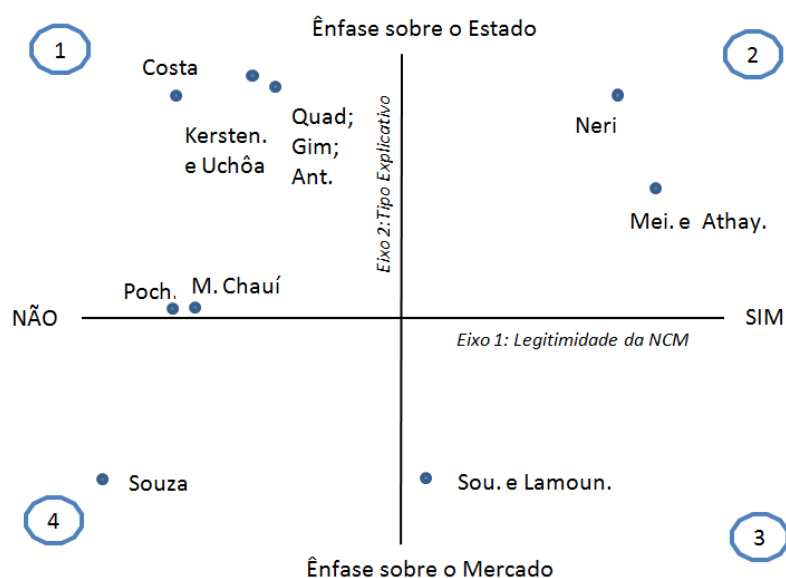
Fonte: A autora, 2015.

Neste esquema, os dois eixos funcionam como variáveis qualitativas ordinais. A ordenação dos autores não é absoluta, como em variáveis nominais, mas qualitativa. Tanto no eixo 1, como no eixo 2, existe uma ordenação dos autores com base no grau de tendência argumentativa que apresentam. Ainda que no eixo 1 a categorização se assemelhe à da ordem nominal, é possível verificar certo grau de legitimidade dada à classificação da NCM diferente entre os autores²⁵, ou seja, é possível uma classificação escalonar entre eles. Desta forma, a partir da conjugação dos dois eixos é possível posicionar os autores de forma relativa e gradativa entre si. Nesse sentido, estar num quadrante não significa necessariamente um posicionamento puro, no qual a lógica argumentativa do autor esteja completamente limitada às características do grupo ao qual pertence. Se a posição do autor está próxima de outro quadrante, isso significa que ele tende a incorporar lógicas argumentativas do grupo do qual se aproxima. Por não ser uma classificação absoluta, os autores não estão encerrados nos quadrantes de forma acabada e independente, ao contrário, eles só se enquadram num grupo a partir da posição relativa

²⁵ Por exemplo, ainda que Neri e Souza e Lamounier concordem com a legitimidade da NCM, os últimos defendem que há certa fragilidade nesta nova classe. Assim, há uma tendência entre os cientistas políticos a conceder menor legitimidade à categoria do que Neri.

que possuem em relação os demais. É um esquema que, portanto, privilegia as tendências e não os posicionamentos absolutos. A utilização de pontos para localizar os autores, é, antes, uma forma de elucidar didaticamente a classificação, do que propriamente um meio de encerrá-los numa posição. Isto está expresso, na figura 3, abaixo.

Figura 3 – Esquema proposto de classificação dos autores em relação à NCM



Fonte: A autora, 2015.

Nesse esquema, cada eixo expressa uma divisão, não apenas teórica, mas, ideológica entre os autores. As ideologias, conforme a teoria de Mannheim, se entendidas num sentido totalizante do termo, expressam correntes de pensamento de determinada época. Elas expressam uma determinada perspectiva dos autores, isto é, o ponto de vista de onde falam. Isto não significa que suas conclusões estejam deformadas, deturpadas, mas, estão conformadas a este ponto de vista. Então, essas divisões teóricas dos autores demonstram de que ponto de vista eles estão pensando. Tanto as divergências em torno da legitimidade da NCM expressas pelo eixo 1 do esquema, como as diferenças de ênfase sobre o Estado ou o mercado para explicar as mudanças econômico-sociais recentes nos setores populares brasileiros, sintetizadas no eixo 2, exprimem certas ideologias ou perspectivas dos autores, conforme a perspectiva de Karl Mannheim.

O fenômeno ideológico nos debates da NCM foi inicialmente apontado por Pochmann (2012) e Souza (2010). Ambos consideraram a NCM uma classificação social liberal, dada a utilização exclusiva da renda e do consumo como parâmetros classificatórios para o desenvolvimento desta categoria social. Considerados parâmetros

estritamente econômicos, a utilização da renda e do consumo para estipulação das divisões de classe, na realidade, significaria a legitimação das divisões sociais engendradas pelo capitalismo, ou seja, significaria a vitória dos ideais liberais. Desta forma, mais do que representar uma divergência teórica entre os autores, as disputas em torno da pertinência NCM revelariam uma disputa ideológica entre eles. Isso está evidenciado, nos seguintes trechos de Pochmann e de Souza:

Em síntese: entende-se que não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil. (POCHMANN, 2012: 8)

É justamente a legitimação de privilégios inconfessáveis que está em jogo na noção, hoje corrente entre nós, de “nova classe média” para os brasileiros trabalhadores que examinamos. Trata-se de uma interpretação triunfalista que pretende esconder contradições e ambivalências importantes da vida desses batalhadores brasileiros e veicular a noção de um capitalismo financeiro apenas “bom” e sem defeitos. A ideia que se quer veicular é a de uma sociedade brasileira de novo tipo, a caminho do Primeiro Mundo, posto que, como Alemanha, Estados Unidos ou França, passa a ter uma classe média ampla como setor mais numeroso da sociedade. E isso como efeito automático do mercado liberal desregulado. Essa concepção é um produto direto da dominação financeira que fincou sólida base no nosso país nas últimas décadas e que quer interpretar seus interesses particulares como interesses de todos. (SOUZA, 2010: 45-46)

Por conseguinte, para os que se contrapõem à NCM, o desenvolvimento de uma classificação social deve levar em consideração outros fatores sociológicos, já que a realidade social é complexa o bastante para ser entendida apenas com base nestes dois fatores. Eles reivindicam, portanto, que a conformação de uma determinada classe social não pode ser reduzida a categorias estritamente econômicas, esta deve ser entendida sob a luz de teorias sociais críticas. (POCHMANN, 2012; SOUZA, 2010).

De fato, no que tange à legitimidade da NCM, ou seja, às divisões em torno do eixo 1, são perceptíveis dois aspectos fundamentais que dividem os autores: o primeiro é a tendência à legitimação ou deslegitimação da ordem capitalista e o segundo é o grau de mudança social atribuído ao aumento da renda e do consumo entre os mais pobres.

No polo em que a NCM é aceita, há uma tendência à legitimação e/ou conservação da ordem capitalista, já que não se aponta o sistema capitalista como o causador das desigualdades sociais. Não há, portanto, críticas em relação a ele. Desta forma, as mudanças sociais podem ser produzidas no seio do sistema capitalista, ou até mesmo, através do seu reforço e/ou da sua expansão. Nesse sentido, o aumento da renda e do consumo dos mais pobres tende a ser entendido como uma mudança significativa ou

até mesmo como uma revolução social. Existe uma estimativa das transformações que ocorreram nas camadas populares. O aumento dos ganhos e do poder de compra dos mais pobres é entendido como uma grande transformação social. Estes autores partem, portanto, de uma perspectiva mais liberal ou conservadora. Em termos ideológicos, podem ser enquadrados numa perspectiva liberal.

Já no polo em que a NCM não é aceita, há uma tendência a perceber a ordem capitalista como problemática, há, portanto, uma inclinação a perceber o capitalismo de forma crítica. Os conflitos e problemas sociais produzidos em seu âmbito estão no centro da argumentação. Desta forma, as desigualdades sociais no Brasil são entendidas como algo significativo e/ou há uma forte crítica em relação à ordem econômica vigente nesse polo. Nesse sentido, o aumento da renda e do consumo de setores populares na sociedade brasileira tende a significar uma mudança não muito profunda, ou, até mesmo, a significar a continuidade da ordem social. Estes estão inclinados a uma perspectiva mais crítica, podendo ser enquadrados ideologicamente numa tendência mais crítica ou progressista.

Em relação ao eixo 2, isto é, à ênfase dada sobre o mercado ou Estado para explicar as mudanças sociais que ocorreram no Brasil recentemente, parece haver outra divisão ideológica entre os autores. Para aqueles que enfatizam o mercado, a forma de organização da sociedade brasileira é entendida, em grande parte, como reflexo do mercado internacional²⁶. O mercado é entendido como força motriz principal das mudanças econômico-sociais brasileiras. As mudanças sociais pelas quais passou o Brasil são, em grande parte, reflexo das mudanças ou continuidades do sistema mercantil internacional. Seja para enfatizar as “novas roupagens” dos conflitos de classe no Brasil, seja para enfatizar as modernizações da economia brasileira, o fato é que as transformações econômico-sociais brasileiras acabam sendo entendidas como reflexo do contexto externo. Dessa maneira, o Estado tende a ser esquecido como protagonista histórico. Há pouco espaço para sua atuação, para um papel ativo na configuração social do país. O Brasil tende a ser entendido “como uma boia que flutua e se move conforme as ondas do mercado internacional”. É um ponto de vista que entende, portanto, a configuração social brasileira como um reflexo da conjuntura externa.

²⁶ É possível problematizar até que ponto o que se entende por mercado internacional é, na realidade, o que se passa no sistema capitalista dos países desenvolvidos. A transição de um capitalismo fordista para um capitalismo toyotista não seria um modelo de transição típico dos países desenvolvidos? O que leva a crer que este modelo de transição pode ser utilizado para a compreensão das mudanças econômico-sociais que ocorrem no Brasil? Haveria, em algum período da História, o Brasil adotado um sistema fordista de produção?

Já no *tipo explicativo* que enfatiza o Estado, a configuração econômico-social brasileira estaria atrelada às políticas governamentais da sociedade. Diferentemente, da perspectiva anterior, o Estado brasileiro seria enxergado como ator histórico fundamental na condução da história do país. Esta segunda forma de explicação pressupõe maior autonomia e soberania do Estado brasileiro diante das imposições externas do mercado. Ainda que no Brasil se decida seguir o modelo de desenvolvimento dos países ricos, é através da política que isto se decide e se escolhe. Suas transformações internas não são fruto apenas dos acontecimentos externos ou das imposições de mercado, mas consequência das decisões políticas internas do país. Contudo, é importante lembrar que o mercado não desaparece desta argumentação, uma vez que existe ênfase sobre o Estado. Ainda que o mercado seja apontado como dimensão importante que exerce influência sobre o país, não é entendido como força hegemônica única. O Estado é um protagonista histórico capaz de direcionar, modificar e administrar a economia. É ele o dispositivo dinamizador das transformações econômicas internas do país. Por conseguinte, a configuração de classes seria reflexo, em grande parte, das políticas públicas estabelecidas no país. Desta forma, esses autores partem de uma perspectiva de Brasil mais empoderado político-institucionalmente.

3.3. A classificação ideológica e os limites do debate em torno da NCM

O desenvolvimento da tese da NCM do economista Marcelo Neri pareceu, desde o início, abarcar aspectos ideológicos. A ideia em si de uma nova classe média baseava-se num ideal de reformismo fraco: o aumento do consumo e da renda dos mais pobres seria capaz de modificar a realidade social. Mais do que transformar a realidade, o crescimento da renda e do consumo seriam capazes de modificar a estrutura de classes no Brasil. Assim, estimar a existência de uma nova classe média, isto é, de uma classe que pressupõe a equidade social (ADAMOVSKY, 2013), era uma forma de coroar esses ideais. Além disso, a afirmação de que o Brasil teria se tornado um país predominantemente de classe média ia ao encontro do sonho desenvolvimentista de alcançar a configuração social mais igualitária dos países desenvolvidos ou o ideal de mobilidade social norte-americano. Isto se expressa na seguinte frase de Neri: *“Esta mobilidade social estrutural social-ascendente seria algo como realizar o similar em*

cada país do chamado ‘sonho americano’, da possibilidade de ascensão social” (NERI, 2008, p. 23).

Assim, desde o início, aspectos ideológicos pareciam condicionar a concepção da NCM. Este condicionamento ideológico parecia ser fator problemático para a tese, já que Pochmann (2012) e Souza (2010) atribuíram à classificação um caráter liberal como forma de deslegitimá-la. A questão é que a maioria dos intelectuais que se debruçaram sobre a problemática também estão condicionados a outras ideologias.

O esquema classificatório desenvolvido neste capítulo demonstra que a NCM aparece como uma possibilidade classificatória para os que partem de uma ideologia Reformista fraca ou Liberal para compreender a realidade social. Para aqueles que entendem que as mudanças de renda e de consumo, isto é, as mudanças distributivas localizadas no fim do processo produtivo, são capazes de transformar as estruturas de classe, é possível observar uma nova classe média no Brasil. Por outro lado, para os que acreditam que apenas as mudanças no início do processo produtivo, ou seja, as distribuições de propriedade são capazes de interferir na organização das classes, não é legítimo falar em NCM, como é o caso dos que partem de um Reformismo Forte ou de uma perspectiva mais crítica ou cética.

No entanto, se, à primeira vista, é possível concordar com os apontamentos de Souza e Pochmann, de que corroborar com a legitimidade da NCM é uma simples adesão à ideologia liberal, é preciso, num segundo momento, fazer algumas ressalvas a essa premissa, já que, mesmo entre os *liberais*, não há um forte consenso em relação à NCM. Percebe-se que os *Liberals Stricto Senso* tendem a observar a NCM com certo olhar desconfiado, já que enfatizam sua fragilidade²⁷. Ao que tudo indica, ela é uma categoria legitimada de forma mais significativa pelos *liberais convictos do progresso via Estado* ou *Reformistas Fracos*.

Esta diferença entre os *Reformistas fracos* e os *Liberals Stricto Senso* é fundamental, portanto, para compreender por que os primeiros tendem a legitimar mais a NCM do que os últimos. Enquanto os autores situados no polo inferior demonstram uma visão de mundo que enfatiza a dependência brasileira em relação ao mercado internacional, os autores do polo superior enfatizam um Brasil protagonista e relativamente autônomo. São, portanto, as diferenças entre esses horizontes intelectuais

²⁷ A observação atenta do posicionamento dos autores no esquema permite perceber que eles não atribuem uma legitimidade tão significativa à NCM quanto os liberais progressistas, por isso, estão próximo dos autores que discordam da legitimidade da NCM no esquema proposto.

em relação ao entendimento acerca da realidade econômica e social no Brasil que acabam permitindo, em grande parte, a atribuição de maior legitimidade cedida à NCM pelos *liberais convictos do progresso social via Estado* do que entre os *liberais convictos da continuidade social via mercado*. Isto porque aqueles que legitimam mais a NCM entendem que o Brasil é um país capaz de administrar e transformar a sua realidade social e, portanto, capaz de promover mobilidade social e transformações entre as classes sociais (sobretudo no que tange ao seu Estado). Já os últimos legitimam menos a NCM, porque entendem que o Brasil é um país com pouca força de transformação interna. Ele é, em grande parte, reflexo das mudanças econômicas internacionais e, portanto, as configurações sociais também o devem ser.

Dessa forma, talvez seja preciso problematizar a premissa de que a NCM é uma interpretação liberal da realidade social, na medida em que é uma construção que parte de um horizonte ideológico *Reformista Fraco*. Os Liberais não acreditam na transformação social por meio do Estado, isto é, que o Estado brasileiro possa realizar uma mudança estrutural nas classes. Ao contrário dos progressistas, eles insistem que o Brasil é um país dependente do mercado externo e, portanto, frágil diante das economias desenvolvidas. Assim, afirmar categoricamente a existência de uma NCM num país frágil economicamente como o Brasil, seria uma forma de ir contra visão de mundo dos *Liberais Stricto Senso*.

A classificação ideológica também permite notar os pontos de vista a partir dos quais os autores compreendem as mudanças econômicas e sociais que ocorrem no Brasil nos últimos anos (eixo 2). Estas diferenças de percepção são também divisões ideológicas, na medida que pressupõem uma forma de compreender o papel do Estado ou do mercado na configuração social do Brasil. Dessa forma, os Reformistas, tantos Fracos como Fortes tendem a compreender as mudanças econômicas a partir das políticas implementadas pelo Estado, enquanto os Críticos Radicais ou Céticos e o Liberais tendem a compreender as mudanças a partir das imposições do mercado.

A exposição das diferenças, em relação ao eixo 2, permitiu perceber certas convergências entre setores *críticos e liberais*. Enquanto no polo superior, setores *críticos* tendem a se agregar a setores liberais, ao reconhecerem as diminuições das desigualdades no país como algo significativo para o país, entendendo o poder das políticas públicas como fator fundamental na condução da diminuição das desigualdades de renda no país, no polo inferior, críticos e liberais se coadunam ao concederem pouco reconhecimento à diminuição das desigualdades sociais recente no Brasil. Nesta segunda tendência

explicativa, este fato não é reconhecido ou é apontado como algo pouco significativo, frágil.

Visto isso, é possível perceber que existem diversos aspectos ideológicos abarcados nos debates em torno da NCM e que todos os autores envolvidos partem de uma determinada ideologia para produzir seus conhecimentos. Não é só a tese da NCM que está embasada em um horizonte ideológico, mas todos os conhecimentos produzidos pelos outros autores também estão inseridos numa perspectiva ideológica específica. Então, a ideia de que haja aspectos ideológicos subjacente à tese da NCM (POCHMANN, 2012; SOUZA, 2010) não é necessariamente um argumento vigoroso para sua deslegitimação.

Ademais, foi possível perceber que as clivagens ideológicas presentes no debate possuem relações com as ideologias presentes no ambiente político brasileiro. Como sugere Mannheim, o processo de produção do conhecimento não está desconectado da realidade social. Então, é bastante plausível pensar que essas ideologias foram forjadas no contexto de disputas políticas em torno do Reformismo Fraco presente nos governos de Lula e Dilma Rousseff, isto é, que elas refletem, de alguma forma, as disputas ideológicas presentes no cenário político atual do Brasil.

Nisto reside o ponto nodal das relações entre ideologias e conhecimentos. As relações diretas entre as ideologias dos autores com as ideologias presentes no mundo político permitem pensar até que ponto essas perspectivas deixam de ser apenas perspectivas condicionantes dos conhecimentos para se tornarem elas próprias também objetos de disputas entre os autores. Os condicionamentos ideológicos que estruturam os conhecimentos produzidos no debate, mais do que simples pontos de vista iniciais, podem se tornar bandeiras a serem defendidas. O fato do debate acerca da NCM ter se configurado, desde o início, como um debate público e não apenas científico, no qual artistas, intelectuais e pessoas de diversos tipos opinaram a favor ou contra a nova classificação, parece corroborar a ideia de que a NCM se tornou um objeto de disputas ideológicas, mais do que um simples objeto de disputa acadêmica. Além disso, a constatação de que ela se transformara em política pública do governo Dilma Rousseff em 2011, também parece ratificar ainda mais essa ideia já que, a partir deste momento, ela se transformara em assunto de disputas políticas.

A maioria dos pesquisadores, ao contrário de ampliarem ou aprofundarem as pesquisas em torno de outros aspectos que tangenciavam o aumento da renda dos mais pobres, voltou seus esforços para refletir sobre a tese da NCM, isto é, ficaram mais

preocupados em se posicionar em relação à tese levantada por Neri do que aprofundar aspectos que perpassavam o tema. Isto parece ser verdade, na medida que o enfoque das pesquisas girou, na maioria dos casos, em torno da confirmação ou não da existência da NCM. Parecia ser, portanto, um dever ideológico se contrapor ou defender a NCM.

Aqui é preciso fazer uma ressalva. Por meio da Sociologia do Conhecimento é possível compreender a formação do conhecimento em seu sentido estrutural, ou seja, entender as ideologias como um fator conformador da produção do conhecimento e não, como um conjunto de interesses que norteiam os intelectuais a desenvolver suas teorias, como propõe a Teoria da Ideologia. No entanto, as ideologias subjacentes aos debates em torno da NCM parecem passar de um simples condicionamento estrutural para se constituírem em objetos de disputas políticas. É difícil saber até que ponto as ideologias dos autores são apenas um ponto de vista inicial ou um fim a ser defendido. O limiar entre aquilo que apenas condiciona a produção do conhecimento, como preza a Sociologia do Conhecimento de Mannheim, e aquilo que passa a ser um objetivo a ser alcançado, como defende a Teoria das Ideologias, é tênue nesse debate.

De qualquer forma, existem, por um lado, ideologias condicionando a produção dos conhecimentos no interior do debate, como demonstra o esquema classificatório desenvolvido e, por outro, parecem ter se configurado disputas ideológicas em torno do tema. Isto significa que, ao mesmo tempo, estes conhecimentos não devem ser considerados errados ou deturpados, dado o caráter condicionante das ideologias nos processos de produção dos conhecimentos, eles devem ser encarados a partir das limitações teóricas que as disputas ideológicas parecem impor.

Em 2008, quando do lançamento dos resultados das pesquisas da FGV e do IPEA que demonstravam o aumento da renda dos mais pobres no Brasil, a tese da NCM foi a que prevaleceu e o que, por conseguinte, direcionou os debates entre os intelectuais. Mas porque limitar as pesquisas apenas em torno da existência ou não da NCM? Parece que as discussões em torno das motivações e das implicações sociológicas das mudanças na renda dos mais pobres, ao longo dos últimos anos, ficou em segundo plano.

A forma polarizada sobre a qual o debate parece ter se configurado levou a uma simplificação das questões por ele abrangidas. Por exemplo, será que a renda e consumo devem ser entendidos estritamente como variáveis econômicas? Quais as implicações sociológicas das mudanças do aumento da renda e do consumo dos mais pobres para a população brasileira? O consumo, por exemplo, não poderia ser entendido como um fator

que vai além da dimensão econômica e alcança dimensões culturais e até mesmo políticas entre os grupos sociais?

A teoria bourdieusiana pode indicar um caminho para se pensar o consumo para além de sua dimensão econômica. Para Bourdieu (2007), as diferenciações de consumo entre os grupos sociais podem revelar capitais culturais e sociais distintos e, portanto, relações distintas de poder entre classes. Nesse sentido, será que o aumento do consumo e da renda dos mais pobres não teria alterado alguma relação de poder historicamente estabelecida entre os grupos no Brasil? Se o consumo pode ser entendido como um fator de distinção entre as classes, até que ponto o simples aumento do potencial de compra dos mais pobres não teria, mesmo que de forma superficial, alterado certos padrões culturais das elites, provocando acirramento de classes no Brasil?

Talvez, ainda que de forma precária, incompleta e residual o aumento do consumo dos mais pobres teria atingido determinadas dimensões do conflito de classes no Brasil, provocando certa tensão social na população brasileira. Nesse sentido, a forma polarizada como a NCM vem sendo tratada pelos autores tem simplificado os significados que as mudanças econômico-sociais que permeiam essa questão podem ter. Alegar, portanto, que o reconhecimento da NCM corrobora os ideais liberais e, por isso, esconde os verdadeiros conflitos de classe no Brasil (POCHMANN, 2012; SOUZA, 2010), pode, na verdade, simplificar a forma de compreender as mudanças e os acirramentos de classe, que, ainda que sutis, podem estar envolvidos nesta questão. Em outras palavras: isso significa, conforme foi defendido anteriormente, que utilizar o argumento do condicionamento ideológico para deslegitimar a NCM talvez não seja o melhor caminho para desconstruir essa hipótese.

Ainda que o tema da mobilidade social esteja envolvido no debate da classe C, somente pesquisas mais recentes parecem ter investigado as relações entre o aumento da renda dos mais pobres e os mecanismos de “fechamento” ou de “abertura” da sociedade brasileira. Em outras palavras, parece ter sido pouco incorporado aos debates da NCM os mecanismos de mobilidade social no Brasil. Mesmo assim, será que os impactos da renda, sob a forma de capital ou de investimentos educacionais, se refletirão na estrutura de classes a longo prazo? Qual seria a relação entre renda, educação e classes sociais? A ideia não é corroborar com o pressuposto de que o aumento da renda e do consumo são capazes, por si só, de gerarem uma nova classe média no Brasil, mas levantar questões que mobilizem o tema da mobilidade social, a partir de uma perspectiva menos conjuntural.

Num outro exercício reflexivo, seria possível entender essas mudanças a partir dos reflexos, não na estrutura de classes, mas, numa dimensão cultural da população brasileira? Seria possível entender as consequências dos aumentos da renda e do consumo dos mais pobres como fatores que provocam transformações no imaginário social dos brasileiros do que propriamente na mobilidade de classes no Brasil? Será que o aumento da renda e do consumo dos mais pobres não significou antes o crescimento de um “ideal de classe média” no imaginário da população brasileira, do que propriamente a *medianização* da população brasileira? Talvez seja possível pensar a NCM como um processo de transformação cultural da população brasileira.

Por fim, outra questão não trabalhada profundamente pela maioria dos autores analisados é a relação entre a estrutura de classes e a diminuição da desigualdade de renda no Brasil. Ainda que a diminuição de renda seja um dos assuntos mais estudados no Brasil recentemente, os autores da amostra analisada não incorporaram esta problemática. Os autores que partem de uma ideologia reformista (tanto forte quanto fraca) tendem a reconhecer a diminuição da desigualdade de renda como algo significativo, ao contrário dos críticos radicais e dos liberais que acreditam que este é um fenômeno pouco significativo no Brasil. Este parece ser um ponto bastante controverso entre os autores.

De qualquer maneira, mesmo para os que reconhecem esse fenômeno como algo significativo, é possível perceber que as análises se detiveram, em grande parte, a apontar a diminuição numérica e não a refletir sobre suas implicações sociológicas. O que de fato representaria a diminuição da desigualdade de renda no Brasil? Ainda que o Índice de Gini permaneça alto, isto é, que o Brasil continue entre as nações mais desiguais do mundo, a constatação da diminuição da desigualdade parece não ser um fenômeno insignificante, para um país, cuja sociabilidade é histórica e profundamente marcada pelas imensas desigualdades sociais (CARDOSO, A., 2010). Quais seriam as consequências sociológicas da diminuição da desigualdade de renda no Brasil? A diminuição da desigualdade de renda teria impactado as percepções acerca da desigualdade e do sentido de justiça no Brasil? Teria provocado alguma alteração na fronteira da necessidade para os mais pobres? É preciso, portanto, refletir de forma mais profunda sobre os significados e as consequências sociológicas da diminuição das desigualdades de renda no Brasil, o que foi pouco discutido nesta amostra da literatura que discute a classe C. Essas ponderações parecem indicar que os debates em torno da NCM estão polarizados ideologicamente, a ponto de limitá-lo teoricamente.

3.4. Outros apontamentos e limites teóricos do debate

Para além das limitações impostas pelas disputas ideológicas que permeiam o tema da Classe C, é preciso examinar outras insuficiências teóricas que perpassam o tema e são pertinentes para este trabalho. Esse é o caso das discussões em torno da noção de classe e de classe média.

É bastante conhecida a definição de classe desenvolvida por Neri. Conforme informa Salata (2012), a definição de Neri baseada na renda se apoiou na forma de classificação frequentemente utilizada por economistas em âmbito nacional e internacional. É uma forma de classificação bastante pragmática e que pode ter alguma relevância, já que a renda é, no senso comum, um critério de distinção social. No entanto, a quase exclusividade concedida ao critério para a delimitação da classe acaba por desconsiderar, como já foi apontado, a complexidade da realidade social (SOUZA, 2010; POCHMANN, 2012). Muitas foram, então, as críticas à noção estratificada, empiricista ou até mesmo arbitrária da definição de classe utilizada por Neri (SOBRINHO, 2011; SCALON & SALATA, 2012; POCHMANN, 2012, 2014; SOUZA, 2010, 2013). Este se tornou, portanto, o pano de fundo de deslegitimação da NCM.

De fato, dentro de uma perspectiva sociológica, existem outros fatores fundamentais para a delimitação de uma classe social. De acordo com a tradição marxista e weberiana, a noção de classe está intimamente associada à dimensão econômica e, sobretudo, do trabalho. Isso significa que a ocupação dos indivíduos ou dos grupos sociais no âmbito do processo produtivo é um fator central em ambas as tradições para a delimitação de uma classe. A renda, não é, então, um fator determinante para a configuração da classe. Como Scalon e Salata (2012) explicam: se os indivíduos possuem rendas diferentes, mas possuem ocupações semelhantes podem ser considerados pertencentes à mesma classe social. Um estudante de medicina e um médico, ainda que possuam rendas distintas, podem ser considerados inseridos em uma mesma classe social.

É patente certas divergências teóricas entre essas tradições sociológicas. A análise comparativa das noções de classe da tradição marxista e da tradição weberiana permite verificar que enquanto o modelo de classes marxista é marcado fortemente por um caráter relacional, dicotômico e antagônico, o modelo weberiano é pluralista e, ainda que não descarte o caráter relacional e antagônico das classes, não é delimitado em sua essência

por essas características. No entanto, o que vale ressaltar é que ambas as tradições entendem que a renda é apenas um fenômeno consequente das relações estabelecidas no âmbito econômico. São as relações de propriedade e de trabalho que determinam as diferenças de renda e, portanto, constituem o motor central das diferenciações de classe.

Dessa forma, ainda que outros fatores possam ser interessantes, como é o caso da renda, para a distinção social, é necessário levar em consideração fundamentalmente as relações de apropriação e de trabalho ou a ocupação dos grupos sociais para a delimitação das classes. A exclusividade da renda como critério de classificação pode ocultar diferenças e conflitos fundamentais nas relações de trabalho, o que leva a simplificações da realidade social (SOUZA, 2010; POCHMANN, 2012, FLEURY, 2013). Nesse sentido, incorporar os debates sobre classe no interior da tradição marxista e weberiana, como, aliás, foi pouco apontado pelos autores aqui analisados²⁸, é mais do que uma forma de compreender a realidade em sua complexidade, é também levar em consideração a maior parte da produção sociológica. Como explica Scalón:

[...] toda a produção teórica nas áreas de estratificação, classes e mobilidade foi, e é, informada pelas teorias de Marx e Weber. [...] Similaridades entre neomarxistas e neoweberianos podem ser identificadas, especialmente por construírem esquemas de classes relacionais em oposição aos esquemas de classes hierárquicos. Na realidade, desde a Segunda Guerra, marxistas e weberianos usam a teoria de classes para explicar teoricamente como as ocupações podem estar localizadas dentro de uma estrutura de posições de classes e, através dessa estrutura, observar empiricamente a estratificação social (SCALON, 1998, p. 1)

Por outro lado, é preciso ponderar até que ponto a renda deve ser entendida apenas como uma variável econômica. Será que o aumento da renda não produz outros efeitos sociológicos importantes que possam ser utilizados como critério na definição de classe? Então, para que a discussão em torno da noção de classe que permeia o tema da NCM não se torne monotônica, ressoando sobre o mesmo objeto de crítica, segundo as mesmas alegações, é preciso ponderar até que ponto a renda pode produzir outros efeitos sociais e, portanto, ser também um critério sociológico para a definição de classe.

A ideia aqui não é corroborar com a definição de classe com base exclusivamente na renda, conforme implementada por Neri. Pelo contrário, as contribuições das tradições sociológicas marxista e weberiana são fundamentais para a complexificação da realidade

²⁸ Os trabalhos de Scalón e Salata (2012) e de Sobrinho (2011) são exceções frente aos trabalhos analisados.

social e devem ser utilizadas na delimitação das classes. A ocupação, as relações de trabalho e propriedade devem possuir papel central para a análise das estruturas de classes. O que apenas se sugere é se a renda, compreendida a partir dos seus efeitos sociológicos pode ser um elemento a mais, ao lado das ocupações ou relações de trabalho e de propriedade, para a delimitação das estruturas de classes.

As divergências teóricas igualmente ocorrem em relação à noção de classe média. Neri atribui dois caracteres fundamentais para a sua classe média: ela se define pela mediana da renda da população brasileira e carrega consigo um caráter “novo”. O primeiro atributo está relacionado à noção de classe fundamentada exclusivamente na renda, cuja inspiração são os trabalhos econômicos nacionais e internacionais que utilizam critérios locais de renda (SALATA, 2012). Críticas foram dirigidas ao caráter aritmético e arbitrário da classe média estabelecida por Neri (SOBRINHO, 2011) que não dialogava com as definições sociológicas do termo (SCALON & SALATA, 2012). Este foi outro fator, portanto, de deslegitimação da NCM.

Na literatura sociológica, o termo possui diferentes significados, o que leva a sua deslegitimação, enquanto categoria pertinente para a análise social. A noção de classe média pode variar ao longo do tempo, já que as transformações estruturais do capitalismo levaram a diferentes noções de classe média na contemporaneidade (POCHMANN, 2014). No entanto, as variações de sentidos não se limitam apenas aos diferentes momentos históricos, elas estão presentes também no interior da literatura sociológica. Isso gerou dificuldades teóricas para a definição do termo, levando muitos autores, a desacreditarem da pertinência dessa classificação para a compreensão da realidade social ou a adotarem uma definição acriticamente (ADAMOVSKY, 2013).

Dentro da tradição marxista, o termo foi encarado inicialmente como uma incongruência teórica ao modelo de classes dicotômico e antagônico. Em função disso, muitos autores marxistas deslegitimam a noção de classe média, contudo, outros autores mais contemporâneos como Erik Olin Wright (1985) desenvolveram o conceito, inserindo-o de forma estrutural no interior da teoria marxista de classe. Por outro lado, na teoria weberiana, o termo não foi entendido como um problema a ser resolvido. Autores como Charles Wright Mills (1969) construíram definições para a noção de classe média a partir do arcabouço teórico weberiano. Esses autores, portanto, ao contrário dos que desacreditam que a noção de classe média é pertinente para a compreensão das estruturas de classes, defendem que é uma categoria legítima para a configuração da ordem social.

O que é interessante pensar da contribuição desses dois autores é que, a classe média pode ter uma delimitação clara e deve levar em consideração, no mínimo, o tipo de ocupação não-manual, suas relações de autoridade no âmbito do trabalho e seu nível educacional para a contemporaneidade. Assim, a confluência de suas teorias, no que diz respeito a estes três aspectos definidores da classe média, permitem perceber que a definição da classe média a partir basicamente da mediana da renda é, de forma semelhante à noção de classe utilizada por Neri, bastante simplificadora da realidade social.

O segundo atributo da NCM, isto é, o seu caráter “novo” foi outro aspecto criticado. Segundo Sobrinho, Neri não deixou claro o porquê de uma “nova classe média” e em relação a que a considerava “nova”.

Ao falar de **ressurgimento**, o autor evoca, mesmo que involuntariamente, um senso comum de que a classe média brasileira, em algum momento da história, “desapareceu”, ou minguou. A seguir, anuncia: ela ressurgiu. Mas é nova. Anuncia também que ela cresceu, em quatro anos (intervalo priorizado pelas séries de indicadores). Em 2004, ela já era “nova”? Em relação a qual período? Ao mítico auge dos anos 70, com seu “milagre econômico” concentrador, contra-ressetado pela estagnação econômica das décadas seguintes? A ambiguidade está em não deixar claro qual dessas alternativas se busca afirmar: a) existia uma classe média, definida estatisticamente, em 2004. Por esse mesmo critério quantitativo, ela se mostrava aumentada em 2008. Chama-se de nova classe média, em 2008, esse conjunto quantitativamente reforçado; b) existia uma classe média, definida estatisticamente, em 2004. Para ela, ascenderam segmentos, que, por trazerem “marcas” sociais de sua condição anterior (inferior), impuseram uma resignificação simbólica do conjunto que passaram a integrar. A nova classe, era, assim, a soma de uma (implícita) “velha classe média” e de grupos “emergentes”; c) o raciocínio anterior vale até o momento de designar: nesse caso, a “**nova** classe média” indicaria apenas os ingressantes recentes do estrato de rendas prefixado, e o adjetivo teria por função mantê-los analiticamente separados dos veteranos, para aumentar a acuidade da estratificação. Permito-me considerar o discurso de Neri seriamente escorregadio a esse respeito. (SOBRINHO, 2011, p. 76)

De fato, é bastante obscuro como Neri atribui o caráter novo da NCM. Não há uma explicação se existia uma “antiga” classe média que se modificou e virou uma “nova classe média” ou se continua a existir uma “antiga classe média” convivendo com uma “nova”, o que não permite chegar a uma conclusão. No entanto, uma análise comparativa entre Neri e Mills pode esclarecer alguns aspectos presentes na ideia de “nova” da NCM.

Parece haver algumas correlações entre as teorias de Neri e de Mills. A começar pelo fato de que os dois autores defendem a ideia de uma “nova classe média”. Embora seus critérios de definição, bem como, os contextos no quais surgiram sejam diferentes, ambos os autores entendem que são classes específicas das realidades que estão examinando e que as novas classes médias provêm de uma transformação da realidade

econômica-social de seus países. De fato, não há como saber se Neri foi influenciado pelas ideias de Mills. Neri não deixa claro a origem do termo “nova classe média”. No entanto, o que é mais interessante perceber é que ambos os autores parecem ter sido influenciados pelo mesmo sonho americano de igualdade social. Mills, a partir da constatação do declínio da “antiga classe média”, parece estar preocupado com o declínio do sonho norte-americano de mobilidade e igualdade social. Assim como ele, Neri parece ter desenvolvido a tese de uma “nova classe média” a partir da influência ideológica do mesmo ideal igualitário, como pode ser observado pela análise ideológica dos autores da seção anterior. Esse ideal parece, portanto, ter influenciado a formulação de ambas as concepções de “nova classe média”.

Essas análises sobre a noção de classe e de classe média, em torno da tese da NCM permitem perceber que a noção de classe utilizada por Neri simplifica a realidade social. A noção de classe deve levar em consideração a dimensão da ocupação, para realizar uma análise mais profunda da realidade social. No entanto, é preciso também refletir sobre a renda de um ponto de vista sociológico e, se possível, incorporar essa discussão para a definição de classe. De forma semelhante ao termo classe, a noção de classe média de Neri é bastante problemática. Se, pelo critério da mediana utilizado em sua definição, pode ser considerada arbitrária e empiricista, por seu caráter “novo”, pode ser considerada obscura. Dessa forma, a utilização do termo classe média precisa ser problematizada e levar em consideração as definições científicas produzidas no interior da literatura sociológica, já que esta oferece definições mais estruturais para a categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivos demonstrar as contribuições da Sociologia Clássica para a formulação do conceito de classe e de classe média fundamentais para a discussão da Classe C, bem como, os condicionamentos e disputas ideológicas subjacentes ao debate da Nova Classe Média.

Em relação às discussões em torno da noção de classe e de classe média presentes no tema da NCM pode-se perceber que o conceito de classe não pode ser pautado apenas na renda, assim como a classe média não pode ser definida apenas aritmeticamente. No que diz respeito ao conceito de classe, as tradições marxista e weberiana contribuíram para demonstrar que as relações de propriedade e de trabalho, ou ainda, as ocupações ocupam um papel central nas delimitações de classe e, por isso, são fundamentais para a delimitação do conceito. No que tange a noção de classe média, verificou-se que, ainda que haja grande imprecisão e variabilidade em seus sentidos, é preciso levar em consideração outras variáveis sociológicas como o tipo de trabalho e o nível educacional para se trabalhar com uma noção estrutural e científica do termo.

Para a compreensão dos condicionamentos e disputas ideológicas presentes no debate da Nova Classe Média, realizou-se uma classificação ideológica dos autores inseridos no debate. Essa classificação, a partir das contribuições teóricas de Karl Mannheim, demonstrou as relações entre os posicionamentos teóricos dos autores inseridos no debate e suas respectivas tendências ideológicas. Nela, verificou-se a existência de quatro orientações ideológicas condicionais: o *Reformismo Forte*, o *Reformismo Fraco*, o *Liberalismo em Stricto Senso* e o *Crítico Radical* ou *Cético*. Inferiu-se, então, que há um condicionamento ideológico a partir do qual os autores propõem seus teoremas. Isso levou a concluir que os condicionamentos ideológicos são compartilhados por todos os autores, o que sugere que a acusação de influência ideológica talvez não seja o melhor caminho para a deslegitimação da tese da Nova Classe Média.

Por outro lado, constatou-se que existe um tênue limiar entre o condicionamento ideológico, isto é, a ideologia enquanto causa, motivo de condicionamento da produção do conhecimento e a ideologia como disputa, ou seja, como um propósito ou objetivo a ser defendido durante o processo de produção do conhecimento. A constatação dessa premissa aliada ao caráter público do debate, aos aspectos políticos e ideológicos que

permeiam o tema da NCM e à forma como as discussões se apresentam permitiu verificar que a NCM se tornou objeto de disputas ideológicas.

Isso permitiu constatar que as discussões em torno do tema parecem estar mais próximas de uma confrontação ideológico-política do que de um debate científico. Essa constatação permitiu inferir a existência de certos limites iminentes às discussões e à proposição de novas questões e abordagens para o tema em questão. Uma das sugestões é a de que é preciso refletir de forma mais profunda sobre os significados e as consequências sociológicas da diminuição das desigualdades de renda no Brasil e suas implicações sobre a estrutura de classes.

No entanto, o que é mais relevante constatar é que novas questões e abordagens surgem, na medida que é possível ultrapassar, ainda que de forma momentânea, as polarizações teórico-ideológicas que perpassam os debates em torno da NCM. Isso significa que é preciso não se restringir apenas a averiguação da existência ou não da NCM ou simplesmente desconsiderá-la em função dos seus ideais liberais, mas, investigar e problematizar as transformações e implicações sociológicas que podem estar envolvidas nessa temática. Ao contrário de encará-la sob um ponto de vista antagônico, é preciso se debruçar sobre os assuntos controversos que estão abarcados nessa temática a partir de uma complexidade e de um aprofundamento teórico maiores. Então, trata-se menos de aceitar ou rejeitar a NCM e, mais de compreender as transformações econômicas e sociais dos últimos anos no Brasil. Talvez seja preciso mudar o enfoque da questão.

REFERÊNCIAS

- ADAMOVSKY, E. ““Clase media”: reflexiones sobre los (malos) usos académicos de una categoría” *Nueva Sociedad*, nº 247, septiembre-octubre, 2013, pp. 38 – 49.
- BAUMAN, Z. *Memories of Class: the pre-history and after-life of class*. London: Routledge. 1982.
- BECK, U. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*, São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BANDROLINI, A. On the Identification of the “Middle Class”. Texto preliminar preparado para a conferência “Inequality and the Status of the Middle Class: Lessons from the Luxembourg Income, Study 28-30, Junho, 2010.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Classe Média em Números. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?page_id=19870> . Acessado em: 20/01/2015.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Classe Média. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?page_id=10700>. Acessado em: 20/01/2015.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Vozes da Nova Classe Média. Caderno 4 (Classe Média e Emprego Assalariado), Brasília, Agosto de 2013.
- CARDOSO, A. M. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*, Ed. FGV, 2010.
- CARDOSO, C. F. “História e paradigmas rivais” In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1-23.
- CHAUÍ, M. “Uma nova classe trabalhadora”. In: SADER, E. (org.), *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*, São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, pp. 123-134.
- COSTA, L. C. “Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil”. In: D. D. BARTELT (org) *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, pp. 43-55.
- DE CASTRO, P. R. A nova classe média mundial. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 13 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1308200802.htm>>. Acessado em: 20/01/2015.
- EHRENREICH, B., EHRENREICH, J. “The Professional-Managerial Class” In: WALKER, P. (Org.). *Between labor and capital*. Ed. South End Press, 1979.

FRIEDLANDER D., MARTINS I., et al. R. A nova Classe Média do Brasil. *Revista Época*. Edição de 11 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI10074-15204,00-A+NOVA+CLASSE+MEDIA+DO+BRASIL.html>>. Acessado em: 20/01/2015.

FRANCO M., DE BARROS R. P. O que define a classe média. *Valor Econômico*. Publicado em 09 de Julho de 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/2742450/o-que-define-classe-media>>Acessado em: 20/01/2015.

GIDDENS, A. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

GOLDTHORPE, J. H. et al. *The Affluent Worker in the Class Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

GRISOTTO R. *Revista Veja*. Edição de 08 de Dezembro de 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/negocios-que-ajudam-a-reduzir-diferencas-sociais-ganham-atencao-de-investidores>> _Acessado em: 20/01/2015.

GRUSKY, D.; WEEDEN, K. “Class Analysis and the Heavy Weight of Convention”, *Acta Sociologica*, 2002, pp.229-236

HOPENHAYN, M. “Clases medias en America Latina: sujeto difuso en busca de definicion” In: BÁRCENA IBARRA, A.; SERRA, N.; (Org.) *Clases medias y desarrollo en América Latina*, CIDOB, Fundación. CEPAL, 2010.

IPEA. País reduziu pobreza e desigualdade mesmo durante a crise. Notícia divulgada em 11 de Agosto de 2009, no site do instituto. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=65&catid=4&Itemid=2>. Acessado em: 20/01/2015.

KERSTENETZKY, C. L. & UCHÔA, C. “Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média”. In: D. D. BARTELT (Org.) *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, pp. 16-31.

KINGSLEY, D.; MOORE, W. E. “Some Principles of Stratification”, *American Sociological Review*, abril de 1945, pp. 242-249.

LUFT L. Degraus da Ilusão. *Revista Veja*. Artigo publicado na edição impressa de VEJA. Publicado originalmente em 5 de junho de 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/lya-luft-vejo-multidoes-consumindo-estimuladas-a-consumir-como-se-isso-constituisse-um-bem-em-si-e-promovesse-real-crescimento-do-pais-isso-nao-e-subir-de-classe-social/>> Acessado em: 20/01/2015.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento*, São Paulo: Cortez, 2009.

LUKÁCS, G. “A consciência de classe” In: VELHO, O, G. PALMEIRA, M. G. S. e BERTELLI, A, R. (Orgs.). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro, RJ. Zahar Editores. , 1977, pp. 11 – 60.

MANNHEIM, K. *Ideology and Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.

MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Trad. N. Schneider, São Paulo: Boitempo, 2011 [1852].

_____. *O capital: crítica da economia política*. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, Vol. 3, São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986.

_____. & Engels, F. *A ideologia alemã*. Trad. L. C. C. Costa, São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1933].

_____. & Engels, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. M. A. Nogueira, L. Konder, Petrópolis: Ed. Vozes, 1996 [1848].

MEIRELLES, R. & ATHAYDE, C. *Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira*, São Paulo: Editora Gente, 2014.

MILLS, C. W. *White collar: The American middle classes*. Oxford University Press, 1969.

NERI, M. C. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*, Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2011.

_____. *A nova classe média*, mimeo, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008a. Disponível em <http://www.cps.fgv.br/cps/classe_media/>, [consultado em 20-11-2014].

_____. *Miséria e a nova classe média na década da desigualdade*, mimeo, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008b. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/desigualdade/>, [consultado em 20-11-2014].

NIELSEN, D. A. “Hans H. Gerth, C. Wright Mills, and the Legacy of Max Weber”. *International Journal of Politics, Culture and Society*, vol. 13, n. 4, 2000, pp. 649-661.

PÁGLIA, E. Nova classe média brasileira está cheia de vontade de comprar. *Jornal O Globo*. São Paulo, SP. Edição do dia 13 de Abril de 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2010/04/nova-classe-media-brasileira-esta-cheia-de-vontade-de-comprar.html>>. Acessado em: 20/01/2015.

PEREIRA, L. C. B. “Classes e estratos sociais no capitalismo contemporâneo” (Ensaio não publicado, mas escrito em 1981).

POCHMANN, M. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *Nova classe média? : o trabalho na base da pirâmide social brasileira*, São Paulo: Boitempo, 2012.

POULANTZAS, N. *Classes in contemporary capitalism*. London: NLB, 1975.

PRZEWORSKI, A. “Proletariat into a Class: The Process of Class Formation from Karl Kautsky's The Class Struggle to Recent Controversies”. *Politics and Society*, v. 7, n. 4, p. 343-401, 1977.

QUADROS, W. J., GIIMENEZ, D. M., ANTUNES, D. J. N. “Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000”. In: BARTELT, D. D. (Org.), *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio, de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, pp. 32-42.

RAVALLION, M. The Developing World's Bulging (but Vulnerable) Middle Class. *World Development*. v. 38, n. 4, pp.445-454, 2010.

RIBEIRO, C. A. C. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2007.

SALATA, A. Notas sobre a tese da nova classe média brasileira. *Observatório das Metrópoles*. Rio de Janeiro, Maio, 2012, pp. 1- 20.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

SANTOS, J. A. F. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

SCALON, M. C. Mapeando estratos: critérios para escolha de uma classificação. *Dados*, v. 41, n. 2, 1998.

_____, SALATA, A. “Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica”, *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, Maio/Agosto, 2012.

SOROKIN, P. A. “O que é uma classe social?” In: VELHO, O, G. PALMEIRA, M. G. S. e BERTELLI, A, R. (Orgs.). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro, RJ. Zahar Editores. 1977, pp. 84-93,

SOBRINHO, G. G. de F. X. “‘Classe C’ e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média?”. *Índice Econômico*. FEE, Porto Alegre, v. 38, n. 4, 2011, p. 67-80.

SOUZA, A. & LAMOUNIER, B. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*, Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. “A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo” In: : BARTELT, D. D. (Org.), *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, pp. 56-68.

STAVENHAGEN, R. “Estratificação Social e Estrutura de classes” In: VELHO, O, G. PALMEIRA, M. G. S. e BERTELLI, A, R. (Orgs.). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro, RJ. Zahar Editores, 1977, pp. 133-170.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THUROW, L. A Surge in Inequality, *Scientific American*, 256, 1987, pp. 30-37.

TOURAINÉ, A. *La conscience ouvrière*. Paris: 1966.

WEBER, M. *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1974 [1917].

_____. “Classe, “status”, partido” In: : VELHO, O, G. PALMEIRA, M. G. S. e BERTELLI, A, R. (Orgs.). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro, RJ. Zahar Editores. 1977, pp. 61-83.

WRIGHT, E. O. *Classes*. London: Verso, 1985.